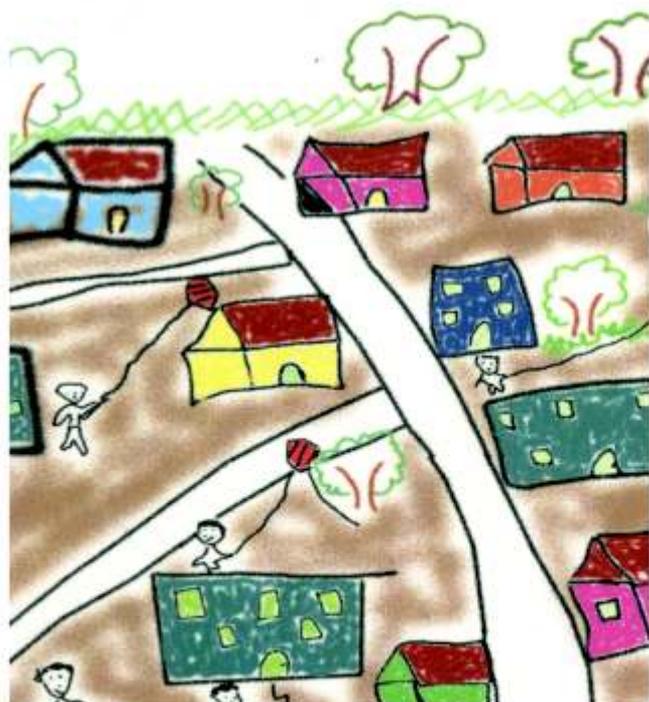


COMUNIDADE NÃO É RISCO, É OPORTUNIDADE!



Fortalecendo as **BASES DE APOIO**
para crianças e jovens em
comunidades do Rio de Janeiro

Reflexões e Aprendizagens

Setembro, 2006

COMUNIDADE NÃO É RISCO, É OPORTUNIDADE!

Fortalecendo as
BASES DE APOIO
para crianças e jovens
em comunidades do
Rio de Janeiro

Autores:



Apoio:



EQUIPE DO PROJETO BASES DE APOIO

Coordenação geral

Gary Barker
Irene Rizzini

Coordenação do projeto

Caius Brandão

Coordenação de campo

Alexandre Bárbara Soares

Pesquisa e avaliação

Márcio Segundo

Equipe técnica (Promundo/CIESPI)

Max Freitas
Renata Tavares da Silva

Agentes comunitários

Pólo comunitário Santa Marta

Coordenação Colegiada: Samuel Marques Cavalcante; Alessandra Almeida da Silva; Bianca Moura da Silva; Anderson Carlos Neves.

Pólo RedeAção

Coordenadora: Leidimar Alves Machado.

Orientadores sociais: Patrícia Gomes de Lima; Azenilda da Conceição; Solange Monteiro Andrade; Adriana Pereira de Souza.

Pólo Pró-Mineral

Coordenação Colegiada: Susie Ariane Pinheiro de Souza; Rosane da Silva de Souza; Leonardo Lopes Vidal; Jonathan Lira Rodrigues.

Agradecimentos

Antigos membros da equipe técnica CIESPI / Promundo

Paula Caldeira; Marcelo Princeswal; Maria Helena Zamora; Thereza Cristina Menezes; Carla Daniel Sartor; Silvani Arruda; Isadora Severo Garcia Fortes; Bébhinn Ni Dhónaill; Nivia Carla Ricardo da Silva; Soraya Oliveira; Rachel Baptista; Mauro Carvalho; Antonio Schnor; Gabriela Azevedo de Aguiar.

Antigos orientadores sociais

Água Mineral: Ana Lúcia Ribeiro; Bianca da S. Alves; Christiele da Silva Gonçalves; Cláudia Ribeiro da Costa; Cristiane Valle; Cristina dos Santos Brites; Danielle Barbosa de Moura; Danielle Salustiano Pinheiro; Jocinéa Machado; Leonardo da Silva Bastos; Leandro de Freitas Vale; Marcia Herminia; Margarete Lopes da Silva; Marilene da Silva Lemos; Mary Lucia da Conceição; Matilde Ribeiro Velasco; Michelle David Teixeira; Mirella Cristina G. Guimarães; Rafael dos Santos Peçanha; Raquel Alves; Roque Vanderson M. de Souza; Sebastião Medeiros Oliveira.

Bangu: Andressa G. Trigueiros; Antonio de Oliveira Coelho; Assis Ferreira Nascimento; Cosme Luis A. de Oliveira; Cristina Oliveira dos Santos; Estevão Fernando da Conceição; Gisele C. de F. Soares; Jadir Carlos de Oliveira; Leandro Silva de Carvalho; Luana da Silva Vitoriano; Marcos Marineide Generoso Trigueiros; Priscila M. da Costa; Técio Cem de Azevedo; Wilson Pereira Junior.

Santa Marta: Adriana Araujo Aguilar; Ana Maria do Nascimento; Andreia M. Fernandes; Alan da Silva Basílio; Davi Santana Rodrigues; Eliane dos Santos Souza; Eva Alves; Flavio Guedes Pires; Gilson da Silva; Glauber Martins dos Santos; Jueslânia Carvalho; Luciano Menezes; Luis Fernando Marques dos Santos; Maria Luiza Ferreira; Silvana Lino; Sonia Maria de Oliveira; Tamara Gonçalves Ferreira; Tathiane Barbosa Abreu; Wesley da Paz Ferreira.

Apoio:

OAK Foundation

DFID – Department of International Development (governo britânico)

ChildHope UK

Instituto RIO

Save the Children Suécia

Save the Children Reino Unido

ISPCAN – International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect

Johannes Jacobs Foundation

FICHA TÉCNICA / PUBLICAÇÃO

Título:

Comunidade não é risco, é oportunidade! Fortalecendo as bases de apoio para crianças e jovens na cidade do Rio de Janeiro.

Organização, redação e revisão:

Equipe técnica do projeto Bases de Apoio (Instituto Promundo / CIESPI).

Projeto gráfico:

2bee Design Studio

341.27

P965c Promundo

Comunidade não é risco, é oportunidade: fortalecendo as bases de apoio para crianças e jovens em comunidades do Rio de Janeiro / Promundo, CIESPI. – Rio de Janeiro, 2006.

76 p.; 25 cm.

ISBN 85-60079-01-7 (Promundo). – ISBN 85-98029-02-5 (CIESPI)

1. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO. 2. DIREITO DA CRIANÇA. I. Promundo. II. Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a infância. III. CIESPI. IV. Título.

CDD - 341.27



ÍNDICE

Introdução	07
I. Panorama	09
Os primeiros passos	09
Contexto	10
Marco conceitual	12
O projeto em ação	15
A equipe técnica e as comunidades	17
II. Procedimentos metodológicos	19
Entrando na comunidade	19
Conhecendo a comunidade: Pesquisa de <i>baseline</i> e mapeamento de serviços	24
Construindo os alicerces do projeto	41
Definindo um programa de ações para o fortalecimento de bases de apoio	48
Desenvolvendo o programa de atividades	56
Desenhando e implantando estratégias de sustentabilidade	57
III. As comunidades três anos depois:	
Resultados da avaliação de impacto da fase II	61
Estruturando a avaliação de impacto	61
Resultados da avaliação de impacto	62
Reflexões finais	68
Referências bibliográficas	71
Glossário	72
Anexo	
Perfis das comunidades	74

INTRODUÇÃO

Esta publicação sintetiza o planejamento e a implementação do projeto **Fortalecendo as Bases de Apoio Familiares e Comunitárias para Crianças e Adolescentes** em três comunidades de baixa renda da região metropolitana do Rio de Janeiro e São Gonçalo. Também relata e analisa as experiências dos grupos envolvidos no projeto (organizações de base comunitária, organizações executoras, profissionais e membros das comunidades), bem como as metodologias utilizadas e os resultados obtidos.

O termo bases de apoio refere-se aos elementos fundamentais que compõem os alicerces do desenvolvimento integral da criança e do jovem. São recursos familiares e comunitários que promovem a educação, além de lhes oferecer segurança física e emocional. Estes recursos podem ser formais, tais como creches, escolas, oportunidades recreativas e programas de saúde, e informais, como a família nuclear e estendida e vínculos de afinidade, disponíveis na própria comunidade.

O projeto Bases de Apoio foi concebido a partir da mudança da ótica do risco para da oportunidade: crianças e jovens, mesmo em situação sócio-econômica desfavorável, não representam um risco e sim uma oportunidade para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Igualmente, as famílias e comunidades de baixa renda deixam de ser focos de pobreza, de déficit e de risco para serem vistas a partir de seu potencial de desenvolvimento e de suas competências. Os pressupostos teóricos do projeto são detalhados no capítulo I desta publicação.

Executado desde 1999 pelo Instituto Promundo e pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI), em convênio com a PUC-Rio, **o projeto Bases de Apoio tem como objetivos:** (1) identificar, mapear e desenvolver estratégias para fortalecer as bases de apoio para crianças e adolescentes existentes nas comunidades onde atua; (2) quando necessário, apoiar a implementação de novos projetos comunitários; e (3) estimular o desenvolvimento de redes comunitárias, visando a integração e a sustentabilidade das iniciativas existentes.

No capítulo II desta publicação, são descritos aspectos importantes relacionados ao momento de entrada nas comunidades. Em seguida, é relatado o processo de conhecimento da comunidade, por meio de pesquisa de *baseline* e mapeamento das bases de apoio. O capítulo seguinte focaliza a estruturação do projeto e as preparações para o início de uma ação coletiva. É narrada a construção do programa junto à comunidade, incluindo o desenho e a implantação das estratégias de sustentabilidade

do projeto. No capítulo III são apresentados os resultados da avaliação de impacto realizada nas três comunidades três anos após o início das atividades do projeto.

É importante ressaltar que não se pretendeu apresentar um roteiro cronológico linear de trabalho comunitário, já que este se desenvolveu de forma orgânica, a partir da interação e integração com a comunidade. Neste sentido, esta publicação pretende servir de inspiração. O caminho para a implementação de iniciativas semelhantes só poderá ser traçado processualmente, no cotidiano de cada comunidade, por meio de soluções desenvolvidas em conjunto com seus moradores.

Esta publicação destina-se a gestores e técnicos de organizações do Terceiro Setor e de programas governamentais com foco no desenvolvimento de crianças e jovens, operadores do Direito e promotores de políticas públicas, além de pesquisadores e estudantes de diversas áreas do conhecimento, interessados na garantia dos direitos humanos. Espera-se que ela estimule a reflexão e o debate, e contribua para a busca de alternativas que fortaleçam aqueles que constituem as verdadeiras bases de apoio no atendimento a crianças e jovens em suas próprias comunidades.

Sabe-se que não existem respostas rápidas e fáceis para os desafios descritos a seguir. Esta publicação deve, por esta razão, ser vista como mais um instrumento de auxílio à promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente, sobretudo daqueles cujas condições adversas de vida reduzem de forma injusta as suas oportunidades de desenvolvimento e inclusão social.

CAPÍTULO 1

Panorama

Primeiros passos

O projeto Bases de Apoio surgiu de uma visão crítica: a de que **crianças, adolescentes e jovens** pobres continuam sendo percebidos como perigosos e que seus locais de moradia são espaços **de risco**. A motivação que levou os pesquisadores a desenvolver a proposta deste projeto em 1998 teve origem na percepção de que era preciso mudar os paradigmas que historicamente fundamentavam as políticas e práticas voltadas para a população infantil e juvenil e suas famílias¹.

A linha dos argumentos defendidos no âmbito deste projeto é a de que os pressupostos das políticas e ações deveriam ser revistos, saindo de um enfoque de risco, deficiência e falta, simbolizado por grupos considerados em situação de risco (como os “meninos de rua”), para um foco que privilegiasse as suas habilidades e competências. Foram apresentados no documento “*From Street Children to All Children*”² diversos ângulos da questão, tendo como base o paradigma de direitos e a promoção do desenvolvimento integral de todas as crianças. Esse projeto reconhece que uma parcela significativa das crianças se encontra em situações de vida que as tornam mais vulneráveis à violação de seus direitos. Nesse sentido, foram propostas a construção e a avaliação de estratégias para fortalecer as denominadas **bases de apoio familiares e comunitárias**, por serem entendidas como parte fundamental na constituição do contexto de vida de crianças e jovens.

Um outro ponto de partida foi a necessidade de se pensar estratégias para o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado pelo governo brasileiro em 1990, e da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotado pela Assembléia Geral nas Nações Unidas (ONU) em 1989. Ambos os documentos dispõem sobre os direitos fundamentais da criança e do adolescente, como o direito à segurança, educação e condições físicas, psicológicas e sociais que garantam a sua saúde e o seu desenvolvimento integral. Os documentos também reconhecem que a criança tem direitos específicos, considerando-se a sua dependência em relação aos adultos, devido à sua condição de ser em desenvolvimento. No entanto, o sistema

1 - Essa abordagem conduziu à produção de um documento conceitual com repercussão dentro e fora do Brasil: “*From street children to all children*” (Das crianças de rua para todas as crianças), que foi posteriormente publicado em português, com o título “Criança não é risco, é oportunidade” (Rizzini, Barker, Cassaniga, 1998, 2000, 2002).

2 - Ver nota anterior.

de proteção de direitos, criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tende a operar respondendo a violações de direitos depois que acontecem, dando menos ênfase em como criar condições fundamentais e universais para garantir o desenvolvimento das crianças.

Tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, a tendência predominante no discurso sobre a infância, adolescência e família em situação de pobreza é centrar-se nas noções de risco, violência, exploração ou abuso. O projeto Bases de Apoio, por outro lado, aponta para os múltiplos aspectos positivos nas alternativas encontradas pelas próprias comunidades para responder às necessidades de suas crianças.

Outra característica a ser salientada é que os serviços destinados a crianças e adolescentes são, em geral, definidos por formuladores de políticas públicas ou por meio de programas específicos com baixa ou nenhuma participação da população jovem e de suas famílias e comunidades, mesmo havendo desde 1990 a possibilidade de participação da sociedade civil em diferentes instâncias de poder através dos Conselhos de Direitos.

Neste projeto, partiu-se do princípio de que a violação dos direitos da criança engloba dois outros aspectos cruciais: (a) o Estado e a sociedade devem ser considerados como violadores ou, pelo menos, coniventes com a violação, já que condições mínimas de vida digna não são asseguradas para a maior parte da população; (b) violência, exploração e abuso ocorrem em famílias de todos os segmentos da sociedade, mas são fenômenos mais visíveis e tornados públicos com mais destaque naquelas que vivem na pobreza. Além disso, com frequência, ignoram-se os mecanismos positivos e criativos que as famílias utilizam para prover as condições necessárias para o desenvolvimento de seus filhos.

Essas foram algumas das considerações que inspiraram o projeto Bases de Apoio. As perguntas abaixo foram formuladas como importantes desafios a serem enfrentados durante processo de execução do mesmo:

- O que significa perceber a criança e o adolescente como **potencial** e não como **risco**, sobretudo aqueles que vivem em localidades marcadas pela pobreza?
- Como apoiar as comunidades de baixa renda para que possam, junto ao poder público e à sociedade em geral, responder às necessidades básicas para o desenvolvimento de **todas** as suas crianças?
- Como essa meta pode ser atingida com a **participação efetiva** das famílias, crianças, jovens e comunidades?

Contexto

A proposta de um projeto que visa responder às necessidades de todas as crianças pode parecer, a princípio, utópica. Principalmente se for levado em consideração o

contexto onde a maioria das crianças está inserida, isto é, comunidades de baixa renda. Em algumas comunidades, as famílias enfrentam um cenário complexo de diferentes formas de violência: desigualdade de renda, carência de serviços públicos, até mesmo os mais essenciais, como escolas e hospitais, por exemplo.

Lidar com este contexto por si só era um enorme desafio. Por onde iniciar? Como começar a compreender a complexidade do cenário com o qual o projeto se propunha a trabalhar? Quais seriam as características das políticas públicas e da oferta de serviços voltadas para a população infantil e suas famílias? Partiu-se de constatações baseadas em experiências anteriores dos parceiros e de seus contatos com pessoas nas localidades escolhidas para desenvolver o projeto:

Falta de articulação e de continuidade. Poucas são as propostas de políticas e de ação destinadas às crianças e suas famílias que funcionam de forma articulada. Além disso, as administrações municipais, estaduais e federais tendem a implantar programas de governo que são interrompidos a cada nova eleição. Essa prática recorrente minimiza o impacto das políticas públicas em função da descontinuidade entre uma administração e outra, em decorrência essencialmente das diferenças de cunho político-partidário;

Foco no risco. Uma parcela significativa dos serviços de apoio disponíveis nas comunidades de baixa renda é norteadada por fatores de risco e as necessidades prementes, oferecendo medidas paliativas para os mais vulneráveis ou segmentos com problemas específicos. Conseqüentemente, muitas vezes, só se atua quando o problema já se agravou de tal maneira que são poucas as possibilidades de reversão;

Princípio da não participação popular. Os serviços e iniciativas são formulados, em sua maioria, por profissionais distantes da realidade sócio-econômica do seu público-alvo. Geralmente, as famílias e /ou comunidades não participam do processo de formulação e implementação dos serviços. Os membros das comunidades são vistos como meros beneficiários dessas ações.

Com tais observações, não se quer dizer que serviços especializados não sejam necessários, ou que determinados problemas não mereçam ser enfatizados. Mas sim, que programas paliativos respondem a uma demanda específica, sem que haja uma visão ampla e de conjunto. E tampouco respondem às necessidades básicas de todas as crianças, cujos direitos permanecem sendo violados.

Deseja-se salientar que CIESPI e Promundo não acreditam na existência de um conjunto rígido e universal de etapas de desenvolvimento para todas as crianças e adolescentes³. O que a noção de **bases de apoio** enfatiza é a importância de se definir um conjunto de necessidades relevantes para as famílias e comunidades como um todo, levando-se em consideração suas condições sócio-culturais e as perspectivas das crianças, adolescentes e jovens.

3 - Essa discussão é aprofundada no artigo “Repensando o desenvolvimento infantil no contexto de pobreza no Brasil” (Rizzini e Barker, 2002).

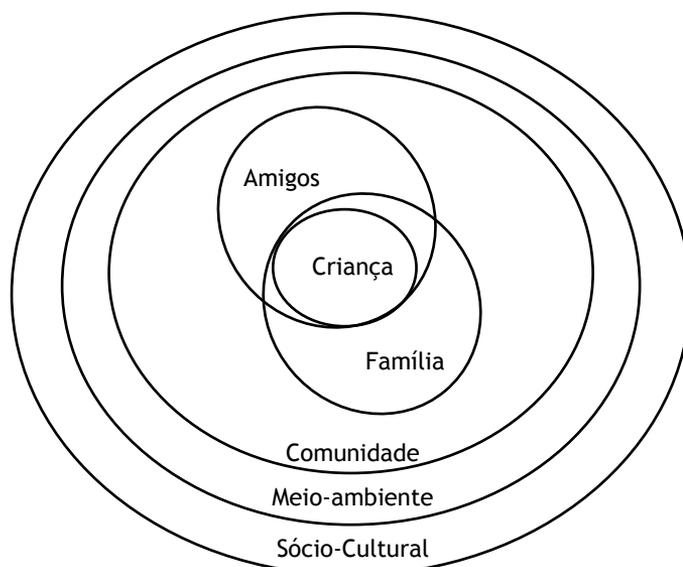
Marco conceitual

O projeto Bases de Apoio foi inspirado por alguns aportes teóricos que contribuíram para a formulação de seus pressupostos e das metodologias definidas ao longo do seu desenvolvimento. Apoiou-se em diversas fontes, como as teorias ligadas ao modelo ecológico, ao conceito de capital social e ao desenvolvimento infantil⁴.

O modelo ecológico

Uma influência teórica central que norteou o projeto foi o modelo ecológico desenvolvido por Urie Bronfenbrenner (1979). Suas idéias têm sido internacionalmente utilizadas para ilustrar os diversos níveis nos quais a criança interage com o ambiente. Esses níveis foram descritos na forma de círculos ou esferas de interação que ocorrem no mundo da criança. São eles: os campos interpessoal, familiar, comunitário e, em um contexto mais amplo, o seu meio-ambiente e as normas políticas, sociais e culturais. O **modelo ecológico** percebe o desenvolvimento da criança e do adolescente como estreitamente vinculado às especificidades dos contextos locais, bem como às realidades históricas e culturais que compõem o seu universo. O desenho abaixo apresenta uma representação gráfica deste modelo.

Modelo ecológico do desenvolvimento infantil e juvenil (Bronfenbrenner 1979)



Esta concepção leva em consideração uma gama variada de influências, fatores e realidades com os quais a criança se defronta em seu cotidiano, destacando-se, ainda, os aspectos que constituem a sua subjetividade. Dessa forma, ela refuta as noções universalistas que percebem o desenvolvimento infanto-juvenil como um processo unilateral e reconhece as interações complexas entre o indivíduo que está amadurecendo e o seu ambiente.

4 - Quanto ao desenvolvimento infantil, destaca-se a influência dos estudos dos psicanalistas John Bowlby e Erik Erikson.

O desenvolvimento humano pressupõe crescimento, mudança e movimento. O objetivo ou o fim deste movimento não é dado *a priori*. Quando os termos positivo, saudável, integrado e harmonioso são utilizados para definir **desenvolvimento**⁵, é para deixar claro que alguns resultados do processo de mudança são melhores do que outros.

Mas quem decide qual é o melhor? E, melhor para quem?

No que se refere ao desenvolvimento infantil, pode-se afirmar que a tentativa de se definir o que são resultados positivos constitui tarefa bastante difícil. Podemos citar como exemplo os testes e avaliações padronizados como os de QI (Coeficiente de Inteligência), de auto-estima, de personalidade, entre outros. O uso desses instrumentos mostrou que, em geral, o que se identifica é uma única característica do desenvolvimento. Por exemplo, sair-se bem no teste de QI pode medir um tipo de conhecimento cognitivo, mas não oferece nenhum dado sobre o desenvolvimento emocional ou social. Assim como os testes de personalidade enfatizam características psicológicas, mas não conseguem identificar habilidades artísticas.

Um elemento complicador implícito na tentativa de se criar métodos padronizados é a hierarquização de determinadas qualidades ou competências, gerando a noção de que uma criança é “melhor” ou “pior” do que a outra. Aquelas que têm um desempenho aquém do esperado são vistas como inferiores, ao invés de diferentes.

Sendo assim, o desafio de se especificar o que é desenvolvimento consiste em encontrar uma definição que seja ampla, podendo ser aplicada independentemente do contexto histórico ou cultural. Isso implica incluir as diferenças sem percebê-las como deficiências. Segundo Bronfenbrenner,

“O desenvolvimento humano é o processo através do qual a pessoa em desenvolvimento adquire uma noção mais ampla, diferenciada e válida do seu ambiente, e torna-se motivada e apta para se engajar em atividades que revelam as propriedades desse ambiente, mantendo-o ou reestruturando-o em níveis de igual ou maior complexidade em forma e conteúdo”
(Bronfenbrenner, 1979:27).

A definição de Bronfenbrenner assemelha-se à tese de Paulo Freire acerca do processo de conscientização, da capacidade do indivíduo de analisar criticamente, de construir e “desconstruir”, de agir e interagir com o seu mundo (Freire, 1996). Essas idéias orientam este projeto, pois são coerentes em relação à perspectiva de direitos humanos e cidadania, nas quais o indivíduo é percebido na sua capacidade de compreender, analisar e refletir sobre o contexto em que está inserido e, acima de tudo, participar ativamente da sua construção cotidiana.

5 - Termos extraídos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, de 1990) e da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989).

Os conceitos de redes e capital social

Da mesma forma, a noção de desenvolvimento local, as variações de poderes legitimados ou aqueles denominados de “paralelos”, representados pelas ações do tráfico de drogas, constantemente levaram a buscas por análises para além do Projeto. Os conceitos de “comunidade” e de “redes” (redes sociais, redes de apoio etc.), tão pouco problematizados, e, com frequência, utilizados de forma descontextualizada, também levaram a equipe a buscar suportes teóricos que ampliassem o escopo de compreensão e de ação. Estes termos falam da trama de relações circunscritas no âmbito do trabalho que se tinha em mãos. Portanto, referem-se aos recursos que são produzidos e reproduzidos nas redes⁶ de relações entre indivíduos que se organizam a partir de afinidades comuns, ou seja, recursos que os indivíduos podem adquirir em função do relacionamento com os demais. Estes recursos são contemplados também no conceito de **capital social**.

Capital social é aqui compreendido como um recurso produzido e reproduzido em redes de relacionamentos entre pessoas que se congregam em torno de valores e objetivos comuns. O capital social fortalece o tecido social de uma dada coletividade, ampliando suas potencialidades para o desenvolvimento sustentado.

Em sua origem, o termo tem uma conotação política e sociológica, e não econômica, como se supõe frequentemente. Algumas definições de capital social atribuem importância simplesmente às associações ou relacionamentos entre indivíduos. A noção relevante para este projeto, no entanto, é o conceito de “recursos relacionais”, tais como informação, serviços, recursos econômicos, idéias, apoio mútuo, e tudo o que existe em função da ação comum e do relacionamento entre indivíduos.

Aplicado ao projeto Bases de Apoio, a noção de capital social auxilia no exame de redes formais e informais, muitas vezes incipientes, assim como das associações e serviços que existem nas comunidades voltados para as necessidades de crianças, jovens e suas famílias. Partiu-se do pressuposto de que, mesmo nas comunidades mais pobres, existem redes formais e informais que servem como capital social para crianças e jovens, e que podem ser utilizadas para gerar mais capital social.

As interfaces entre desenvolvimento infantil e a comunidade

A utilização desse conceito na análise do desenvolvimento infantil e juvenil requer que consideremos com quem e onde essas crianças e adolescentes interagem e quais os mecanismos de suporte existentes, sejam esses apoios formais ou informais, organizados em redes, serviços ou associações. Nos últimos anos, tende-se a creditar aos programas comunitários a maior fonte de suporte disponível a crianças, adolescentes e suas famílias (Wynn, Costello, Halpern e Richman, 1995).

6 - Entende-se a idéia de rede como um tecido de relações e interações que se estabelecem com uma finalidade e se interconectam por meio de linhas de ação ou trabalhos conjuntos (RHAMAS/IPAS, s/d). Ver em www.ipas.org.br/rhamas/index.html texto sobre a importância da formação de redes para o atendimento às vítimas de violência.

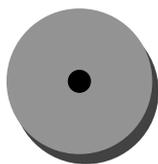
Os programas para desenvolvimento de crianças e jovens com enfoque comunitário partem das seguintes premissas: 1) mesmo as comunidades mais pobres e mais sofridas têm recursos próprios, ou seja, oferecem algum tipo de “base de apoio” a crianças, adolescentes e suas famílias; 2) é na própria vizinhança que se dá o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, portanto, é ali que se pode melhor atuar para ampliar suas oportunidades; 3) as iniciativas existentes em âmbito local freqüentemente contribuem simultaneamente para o desenvolvimento da criança e do jovem e para o próprio desenvolvimento comunitário.

O envolvimento das famílias e de membros da comunidade no planejamento e na execução das atividades pode ser uma contribuição extremamente relevante para o desenvolvimento local, pois possibilita maior integração das crianças e dos jovens com a comunidade, aumentando o sentimento de pertencimento. Além disso, expande as preocupações de questões relacionadas unicamente com a família para necessidades mais abrangentes como emprego, serviços de saúde, moradia, entre outras.

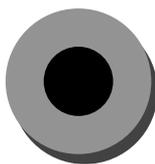
O Projeto em Ação

No projeto Bases de Apoio, o trabalho se iniciou pela identificação das fontes de apoio formais e informais para crianças, definidas como **bases de apoio comunitárias**. Esse trabalho inicial visa promover o desenvolvimento dessas iniciativas comunitárias e, com isso, fortalecê-las. A seguir, alguns tipos de ação voltados para o melhor desenvolvimento dessas iniciativas:

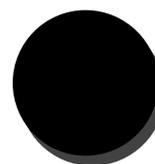
- **Produção e difusão de informações** entre as iniciativas comunitárias existentes, assim como a divulgação de dados referentes ao desenvolvimento infantil, aos direitos da criança e a políticas nos níveis municipal, estadual e federal;
- **Treinamento e capacitação** para pessoas vinculadas às iniciativas comunitárias, com o objetivo de aprimorar os seus conhecimentos teóricos e práticos. Promoção do **intercâmbio** entre profissionais de diferentes comunidades e organizações para troca de experiências e metodologias de trabalho;
- Estímulo a **novos relacionamentos** e ao **intercâmbio** entre iniciativas existentes dentro e fora da comunidade;
- Incentivo à **realização de parcerias entre iniciativas** dentro das comunidades para fortalecer as ações e maximizar seus resultados;
- Encorajamento de membros da comunidade que constituem bases de apoio a **participar de redes e conselhos formais e informais** nos níveis local e municipal (por exemplo, a participar do Conselho Municipal dos Direitos da Criança).



FASE I:
Construção da base
conceitual



FASE II:
Implantação da abordagem
de intervenção



FASE III:
Estratégias de
sustentabilidade

- Nível de participação do Promundo/CIESPI
- Nível de participação e apropriação da comunidade

Entre 2000 e 2001, o CIESPI e o Instituto PROMUNDO desenvolveram uma pesquisa, a Fase I do projeto Bases de Apoio (**construção da base conceitual e pesquisa inicial**), em duas⁷ comunidades no Rio de Janeiro (Bangu e Santa Marta), explorando a possibilidade de promover o desenvolvimento de crianças e jovens a partir do fortalecimento dos programas locais já existentes. Assim, foram identificados os recursos das comunidades e famílias, chamados de **bases de apoio** para o desenvolvimento do segmento infante-juvenil. Estes incluem **recursos informais de apoio**, particularmente a família nuclear e estendida e vínculos de afinidade, e os **recursos formais**, como creches, oportunidades recreativas e programas específicos para adolescentes.

Os dois anos de pesquisa confirmaram as expectativas de que as famílias e as comunidades de baixa renda tinham um potencial de desenvolvimento a ser explorado quanto ao atendimento de suas crianças e jovens, mas demandariam suporte financeiro e técnico para integrar e ampliar seus esforços. Parceiros e contatos do CIESPI e Promundo que pesquisam sobre experiências de intervenção semelhantes em outras cidades do Brasil, também acreditaram na pertinência desta abordagem.

A Fase II do projeto Bases de Apoio (implantação da abordagem de intervenção) norteou-se por três objetivos:

- **Identificar e mapear as bases de apoio** existentes para crianças e adolescentes;
- **A partir deste mapeamento, desenvolver estratégias para fortalecer as bases de apoio** existentes e, quando detectada a falta ou insuficiência de serviços e/ ou apoios, incentivar a criação de novos projetos ou bases de apoio que visem garantir os direitos da criança e do adolescente;
- **Apoiar o desenvolvimento de redes comunitárias**, visando a integração entre as iniciativas existentes, fortalecendo-as.

7 - A partir de 2003, a comunidade de Água Mineral, no município de São Gonçalo, foi integrada ao projeto. Os procedimentos metodológicos utilizados para a entrada na comunidade e o reconhecimento das bases de apoio existentes foram os mesmos de Bangu e Santa Marta.

Posteriormente, observou-se ainda a **necessidade de se promover a autonomia dos Pólos comunitários**, fortalecendo-os institucionalmente, como forma de garantir a sustentabilidade das ações do projeto nas respectivas comunidades. Esta é a fase atual em que o projeto se encontra (na data da publicação deste documento). É importante frisar que existem, neste momento, sérias discussões nos pólos sobre essa proposta de autonomia, seus desdobramentos e implicações. Ou seja, os resultados finais deste processo ainda são incertos.

Partiu-se do princípio de que para trabalhar com essas comunidades, era fundamental conhecer melhor alguns aspectos de seu cotidiano.

Assim, no início da Fase II do projeto, foi realizada uma extensa avaliação, por meio de questionários aplicados aos pais e responsáveis, acerca de temas como o uso de violência intrafamiliar, a utilização de serviços existentes na comunidade, o nível de conhecimento sobre esses serviços e a participação em ações coletivas. Adolescentes de duas das comunidades (Santa Marta e Bangu) também foram entrevistados sobre os mesmos temas.

Três anos depois (ao final da Fase II), foram aplicados questionários de acompanhamento a fim de identificar o impacto do projeto em vários níveis. A seção final desta publicação apresenta esses resultados em detalhes. Nessa fase de avaliação, além de instrumentos quantitativos, foram empregados métodos de investigação qualitativa, tais como grupos de discussão com lideranças comunitárias e funcionários das organizações locais, entrevistas com famílias e adolescentes, entre outros.

No decorrer do desenvolvimento do projeto, a equipe técnica (CIESPI e Promundo) teve também como preocupação promover uma troca de experiências e conhecimento entre organizações e profissionais em nível nacional e internacional. Por meio da realização de cursos e seminários, Promundo e CIESPI contaram com a participação de representantes do governo federal, estadual e municipal, organizações internacionais, assim como de organizações não-governamentais, institutos e centros acadêmicos provenientes de quinze estados brasileiros. Portanto, o projeto funcionou como um importante fórum de trocas entre as esferas pública e privada, com o intuito de contribuir para aprimorar políticas e práticas que favoreçam o desenvolvimento integral de todas as crianças e adolescentes, tendo como foco suas bases de apoio familiares e comunitárias.

A equipe técnica e as comunidades

O Bases de Apoio foi inicialmente concebido por duas organizações – o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI), em convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e com o Instituto Promundo, organização não-governamental sediada no Rio de Janeiro, que elabora tecnologias sociais para desenvolver as potencialidades de crianças e jovens.

O Promundo e o CIESPI estabeleceram, ao longo de seus anos de atividade, contato direto com distintas comunidades de baixa renda na cidade do Rio de Janeiro. A partir desse contato prévio, foram selecionadas três comunidades para a realização do projeto: 1. Santa Marta: uma favela localizada em meio a um bairro de classe média na Zona Sul do Rio de Janeiro; 2. Bangu (Vila e Nova Aliança): uma comunidade localizada a 30 km do centro da cidade do Rio de Janeiro, com características de bairro de periferia e 3. Água Mineral: uma comunidade semi-urbana localizada em São Gonçalo, município vizinho, a cerca de 20 km do Rio. Essas localidades apresentam níveis diferenciados de organização comunitária e oferta de serviços.

CAPÍTULO 2

Procedimentos Metodológicos

Entrando na comunidade

Identificando as comunidades para a ação

As atividades do projeto Bases de Apoio vêm sendo desenvolvidas em três localidades⁸ da região metropolitana do Rio de Janeiro: favela Santa Marta, na Zona Sul da cidade; Vila e Nova Aliança, comunidade da Zona Oeste (bairro de Bangu); e Água Mineral, localizada no município de São Gonçalo.

Alguns critérios foram adotados para a escolha dessas comunidades, sendo o principal a diversidade entre elas. O CIESPI e o Promundo decidiram desenhar e testar a metodologia em comunidades com características geográficas e histórico-sociais distintas. Um outro fator relevante foi a intenção de se trabalhar em comunidades onde houvesse vínculos previamente estabelecidos pelas organizações, por meio de trabalhos e ações anteriores, porque as relações com a comunidade deveriam ser sólidas o suficiente para garantir o desenvolvimento de ações conjuntas de longo-prazo.

Interlocutores locais

Nas três localidades escolhidas, as duas organizações já haviam desenvolvido contatos com lideranças e /ou representantes de base comunitária por meio de projetos de pesquisa e de intervenção implantados anteriormente. Esses moradores foram convidados a desempenhar o papel de interlocutores locais do projeto Bases de Apoio. O grau de representatividade e legitimidade dessas pessoas em suas comunidades foi importante para o sucesso da implantação do projeto, pois elas se tornaram os primeiros porta-vozes da iniciativa perante os outros moradores. Além disso, foram elas as primeiras a oferecer informações importantes sobre a realidade local (questões políticas, culturais, sociais, entre outras), as quais foram necessárias para nortear a expansão inicial dos contatos e a condução dos primeiros passos do projeto nas respectivas comunidades.

8 - No anexo encontram-se perfis histórico e sócio-econômico das três comunidades.

No caso da comunidade de Santa Marta, os contatos iniciais foram estabelecidos com duas organizações de base – uma religiosa e uma creche. Em Vila e Nova Aliança, os contatos iniciais foram feitos com representantes de um grupo local que já desenvolvia atividades artísticas e culturais com adolescentes. Já em Água Mineral, o primeiro contato foi estabelecido com a associação de moradores da comunidade.

Conselho comunitário

Durante a fase de implantação do projeto, o conselho comunitário foi pensado pelo Promundo e CIESPI para ser **um fórum informal e consultivo de líderes, educadores, artistas e gestores de serviços comunitários para crianças, jovens e famílias** das comunidades de Santa Marta, Vila e Nova Aliança e Água Mineral. Inicialmente foi também aberto a membros de outras comunidades conhecidos pela equipe do projeto. A pluralidade e a heterogeneidade de seus membros o legitimou para endossar, nortear e avaliar o projeto Bases de Apoio ao longo do seu desenvolvimento.

O conselho inicialmente se reunia trimestralmente. Entretanto, ele poderia ser convocado extraordinariamente quando ações de maior impacto do projeto precisassem ser validadas ou avaliadas pelas lideranças locais. Muitas das estratégias utilizadas para o trabalho de campo saíram dos encontros do conselho, como, por exemplo, a idealização de mapas com as bases de apoio de cada comunidade.

O conselho comunitário do Bases de Apoio não foi concebido no intuito de formalizar as relações entre seus membros, mas orientar o projeto. Esperava-se também que estas relações pudessem evoluir e se multiplicar, mesmo que informalmente.

Engajamento dos moradores

O primeiro passo para garantir a participação dos moradores foi a seleção de um grupo de pessoas em cada comunidade para que trabalhassem como orientadores sociais. Estes grupos seriam os protagonistas de atividades e beneficiários primários das ações empreendidas pelas organizações executoras do projeto (CIESPI e Promundo) em cada comunidade. Para isso, foi oferecida a todo o grupo de orientadores sociais uma ampla capacitação técnica voltada para temáticas relacionadas aos objetivos do projeto, tais como macro-política, estabelecimento de relações grupais em diferentes contextos comunitários, estratégias de comunicação, desenvolvimento infanto-juvenil, prevenção de violência contra criança e adolescente e da violência intrafamiliar, além de direitos das crianças e adolescentes. Estas capacitações e assessorias técnicas também se propunham a contribuir para a construção da autonomia dos grupos, por meio da sua apropriação de novos conhecimentos.

No âmbito do Bases de Apoio, optou-se por convidar para trabalhar como orientadores sociais também grupos de moradores que pudessem se tornar referências em suas comunidades no campo da infância e adolescência, além daqueles que, como interlocutores iniciais, já eram reconhecidamente lideranças comunitárias.

Como estratégia inicial para a formação deste grupo, a equipe do projeto decidiu promover uma seleção a partir da indicação de pessoas chave das comunidades. Desde o primeiro momento, cada integrante do grupo de orientadores recebeu uma bolsa de cerca de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), para incentivar e garantir sua participação nas atividades do projeto. Em cada comunidade, o grupo de orientadores sociais foi coordenado por uma liderança local, que passou a receber uma bolsa de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).

No entanto, é importante esclarecer que o CIESPI e o Promundo reconhecem que, apesar de não constituir uma regra em projetos sociais, em determinadas situações, a concessão de bolsas pode ser importante para garantir a participação comunitária em algumas atividades. Nesses casos, fez-se um trabalho para valorizar e dar mais destaque, junto aos indivíduos que participam do projeto e à comunidade em geral, dos benefícios mais duradouros e que não envolviam dinheiro.

Concessão de bolsa

Vantagens

- Facilidade de arregimentação de membros comunitários;
- Agilização na operacionalização de ações;
- Profissionalização e conseqüente aumento da renda familiar de pessoas da comunidade.

Desvantagens

- Reforço de uma cultura assistencialista de projetos sociais;
- Associação do Promundo e CIESPI ao mero papel de "empregadores";
- Vínculos mais frágeis entre os integrantes das comunidades e os pre-supostos do projeto.

Obstáculos e desafios

- **Ausência do poder público em comunidades de baixo poder aquisitivo.** Essa ausência foi observada particularmente em Água Mineral, onde os moradores se dizem constantemente frustrados por representantes do governo e políticos que fazem muitas promessas, mas, segundo os moradores, raramente as cumprem. Assim, a equipe do projeto encontrou uma comunidade que vivenciou experiências negativas relacionadas à garantia de seus direitos pelo poder público.
- **Prévias experiências negativas com “organizações de fora” (agentes externos).** Sem o respaldo de lideranças locais, pesquisadores e profissionais de ONGs podem ser vistos como intrusos na comunidade. Em Santa Marta e Bangu, alguns moradores relataram falta de confiança no trabalho de algumas organizações (ONGs, empresas, universidades, etc.) atuantes em suas comunidades, seja devido à curta duração de suas iniciativas ou pela falta de reconhecimento dos recursos locais existentes.
- **Tensões entre lideranças locais.** Assim como ocorre com organizações em outros contextos, nas comunidades é comum às organizações locais trabalharem isoladamente e nem sempre se encontrarem dispostas a facilitar a colaborações entre os projetos. Algumas lideranças se esforçam em manter para si próprias as parcerias com eventuais agentes externos.
- **Expectativas não-realistas.** A combinação de alguns fatores, tais como o grau de urgência das demandas locais e o histórico de ausência de apoio externo, pode gerar um ambiente propício ao surgimento de expectativas não-realistas por parte dos moradores. Ao longo do desenvolvimento do projeto, expectativas frustradas representaram sérios desafios à efetiva participação comunitária, e por isso foi necessário mitigá-las e esclarecê-las.
- **Dificuldade de compreensão dos objetivos do projeto.** Resultados imediatos, tangíveis e de alta visibilidade, tais como a construção de uma creche ou a capacitação profissionalizante de adolescentes, são exemplos de propostas de intervenção mais facilmente compreensíveis. Neste caso, a inexistência de serviços diretos para crianças e adolescentes no âmbito de ações do Bases de Apoio produziu dúvidas, questionamentos e expectativas diversas em meio à própria equipe do projeto. Assim, mantiveram-se permanentemente espaços de reflexão internos e junto à comunidade sobre as propostas e ações do projeto.
- **Componentes do projeto previamente definidos.** Em geral, ao implantar um projeto de intervenção comunitária, uma instituição já tem previamente acordado com os patrocinadores metas e atividades a serem desenvolvidas. Como o grau de participação de lideranças locais

durante a fase de concepção das atividades propostas exerce uma grande influência sobre o nível de aceitação das mesmas no âmbito comunitário, o Promundo e o CIESPI mantiveram esforços para intermediar processos de negociação entre as comunidades e os patrocinadores do projeto ao longo do desenvolvimento do Bases de Apoio.

Lições aprendidas

- **O grau de legitimidade e representatividade dos interlocutores locais** (lideranças convidadas a representar o Bases de Apoio) nas respectivas comunidades facilitou o bom andamento da iniciativa. Por indicação desses interlocutores, foram identificados outros atores chaves, que puderam colaborar com a divulgação inicial do projeto, tendo contribuído para o alcance de um nível satisfatório de aceitação e de participação da comunidade.
- **Objetivos bem definidos e a realização de atividades concretas** de implementação relativamente simples desde o início do projeto mostraram-se importantes para o engajamento das comunidades. Assim, capacitações, eventos e trabalhos de pesquisa, foram determinantes para a aproximação de moradores e lideranças do projeto.
- **O processo de “entrada” na comunidade demanda um esforço continuado.** Foram realizados encontros periódicos de negociações com lideranças comunitárias, atores e famílias ligados ao projetos, tendo sido mantido um fluxo constante de comunicação para se evitar distorções e expectativas não-realistas. Os objetivos do projeto foram continuamente re-apresentados e discutidos com os moradores, principalmente em virtude de mudanças estruturais ocorridas ao longo da sua implementação. Entretanto, criar estratégias para manter este fluxo é um desafio constante e não linear, que ainda hoje enfrentamos.
- **Foi fundamental manter um nível razoável de flexibilidade programática** para que, se necessário, fossem corrigidas as estratégias equivocadas.

Conhecendo a comunidade: pesquisa de *baseline* e mapeamento de serviços

O que se sabia sobre as realidades das comunidades nas quais o projeto seria desenvolvido? Que tipo de informação seria útil? Quais informações ajudariam na avaliação do impacto do projeto? Para responder essas questões foi realizada uma pesquisa de *baseline*, qualitativa e quantitativa (detalhes abaixo). Durante essa pesquisa, foram levantadas os seguintes temas:

- **Como as famílias cuidam de suas crianças?** Com quem elas contam, com quem elas conversam e como descrevem os desafios associados à criação e cuidado com suas crianças.
- **Se as famílias conhecem e usam os serviços de bases de apoio** existentes na comunidade para crianças e jovens. Quais os serviços que elas conhecem, as barreiras ou desafios percebidos na utilização desses serviços?
- **Que serviços existem, como eles são estruturados e em que medida há cooperação entre eles visando o atendimento de crianças, jovens e famílias?** Mapeamento e identificação dos serviços comunitários formais e informais existentes e uma análise dos tipos de serviços oferecidos e sua capacidade.
- **O que as famílias sabem e pensam sobre os direitos das crianças e o uso que fazem dos mecanismos de defesa desses direitos ?** (Ex: os conselhos tutelares)
- **Violência, castigo físico e uso dos serviços ou busca de ajuda** nos casos de violência intrafamiliar. No âmbito dos direitos e bem-estar das crianças, foi dada atenção específica ao castigo físico e à violência intrafamiliar⁹ ?

Além da informação recolhida nas comunidades, também foram considerados os dados do IBGE e Urbadata (dados do censo nacional do governo municipal, respectivamente) sobre a população local, tais como renda, composição familiar, moradia e infra-estrutura básica, emprego e nível de escolaridade, entre outros. Toda essa informação ajudou a equipe a conhecer melhor as realidades e desafios enfrentados pelas famílias que moram nas comunidades onde o projeto se desenvolveria, em especial os desafios relacionados à promoção do desenvolvimento de suas crianças.

⁹ - Apesar de o projeto Bases não ser especificamente relacionado à prevenção da violência intrafamiliar, uma pesquisa anterior realizada pelo Promundo e CIESPI com famílias em comunidades nas quais a violência externa é uma constante, aponta que a violência intrafamiliar e o uso de violência psicológica contra crianças são assuntos que exigem uma atenção especial. É preciso deixar claro que o castigo físico e a violência doméstica não ocorrem apenas em ambientes de baixa renda. A pobreza urbana e a violência na vida comunitária, no entanto, criam múltiplos sentimentos que sem dúvida contribuem para a violência familiar. Um dos produtos específicos do projeto Bases de Apoio foi um manual para os orientadores sociais trabalharem com famílias sobre assuntos relacionados à violência, castigos físicos e direitos das crianças (Cuidar sem Violência, Todo Mundo Pode!). O manual está disponível para *download* em www.basesdeapoio.org.br.

A metodologia do baseline

O quadro seguinte resume a metodologia¹⁰ utilizada no estudo:

Instrumento Utilizado	Número de questionários/ localidade	Temas	Como foram aplicados	Observações
Questionários (metodologia quantitativa)	<ul style="list-style-type: none"> • 220 pais e responsáveis em Santa Marta • 224 pais e responsáveis em Vila Aliança (Bangu) • 99 pais e responsáveis em Água Mineral <p>Total: 543</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Condições de moradia • Conhecimento sobre desenvolvimento infantil • Conhecimento sobre direitos das crianças • Conhecimento e uso dos serviços e suportes existentes para crianças e adolescentes • Violência familiar (violência entre adultos e também de adultos contra crianças) 	<ul style="list-style-type: none"> • Tentou-se fazer uma amostra aleatória das casas, mas em alguns momentos, devido a problemas de acesso, optou-se por aplicar os questionários em locais considerados mais seguros nas comunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> • Questionário pré-testado em duas das três comunidades para garantir a clareza e relevância das questões. Questionário adicional foi aplicado com adolescentes em duas das comunidades (218 em Bangu e 130 em Santa Marta).
Grupos Focais (metodologia qualitativa)	<ul style="list-style-type: none"> • 7 grupos de pais e responsáveis em Santa Marta • 6 grupos de pais e responsáveis em Bangu • 6 grupos de pais e responsáveis em Água Mineral <p>Total: 19</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Violência familiar • Violência na comunidade • Desenvolvimento infanto-juvenil • Direitos das crianças 	<ul style="list-style-type: none"> • Os pais foram divididos de acordo com a idade de seus filhos (0-6, 7-13, e 14-18 anos) para uma melhor compreensão das necessidades específicas das famílias baseadas nos diferentes estágios de desenvolvimento de suas crianças. 	
Mapeamento - questionário simples (quantitativa e qualitativa)	<ul style="list-style-type: none"> • Perguntas a informantes-chaves na comunidade • Visitas aos serviços 	<ul style="list-style-type: none"> • Bases de apoio formais e informais existentes na comunidade • No questionário para a base de apoio: <ul style="list-style-type: none"> - número de crianças - número de jovens - número de famílias (atendidos direta e indiretamente). 	<ul style="list-style-type: none"> • Questionário aplicado com todos os grupos, pessoas e serviços identificados em cada comunidade pelo questionário quantitativo e pela equipe de orientadores sociais do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> • A aplicação dos questionários, a análise e a avaliação dos dados e a construção dos mapas foram feitas pela equipe de orientadores sociais dos Pólos junto à equipe técnica (Promundo e CIESPI) do projeto.

10 - A implementação da pesquisa foi limitada por questões orçamentárias. O número de questionários aplicados, por exemplo, não pôde ser definido como sendo uma amostra representativa das comunidades. Ainda assim, foi possível coletar indicadores para efeito de comparação entre os resultados dos dados da pesquisa de *baseline* e os coletados três anos após a implementação do projeto. Além disso, a pesquisa teve um caráter educativo para os orientadores sociais que participaram da revisão e aplicação do questionário. No caso da pesquisa com adolescentes em Bangu, os próprios orientadores fizeram aplicação do questionário, fator que também limitou o rigor técnico da pesquisa quantitativa.

Os resultados do baseline

Dados demográficos gerais e background

As três comunidades – Santa Marta, Vila e Nova Aliança e Água Mineral – apresentam diferentes realidades em contextos de baixa renda no Rio de Janeiro. Santa Marta é uma favela no coração da Zona Sul, em um bairro de classe média do Rio de Janeiro, enquanto Vila e Nova Aliança é uma comunidade de baixa renda em Bangu, na periferia do Rio de Janeiro. Água Mineral é uma comunidade mais isolada geograficamente, situada em zona peri-urbana do município de São Gonçalo. O quadro a seguir apresenta os dados demográficos básicos das três comunidades como resultados do *baseline* implementado. Os dados confirmam a situação socioeconômica desfavorecida. Por exemplo, refletindo as tendências nacionais, a porcentagem de desempregados e subempregados é alta nos dois locais: apenas 58,2% dos entrevistados em Santa Marta e 46% em Vila Aliança disseram estar ocupados em alguma atividade assalariada. Daqueles que estão empregados, em todas as comunidades, apenas 21,2% em Vila Aliança, 11,9% em Santa Marta e 13% em Água Mineral têm empregos formais com os benefícios garantidos pelas leis brasileiras.

Em termos de infra-estrutura, as três localidades contam com escolas de educação primária na comunidade ou perto dela e acesso a serviços públicos de saúde próximos. Como será discutido posteriormente, Santa Marta e Vila e Nova Aliança possuem creches e algumas opções de recreação /cultura para crianças e jovens, enquanto que Água Mineral não possuía praticamente nenhum desses serviços antes do começo do projeto. Saneamento básico e infra-estrutura pública (por exemplo, ruas pavimentadas, iluminação nas ruas, serviço de coleta de lixo) são limitados no caso de Santa Marta, mas quase universais em Vila Aliança. Em Santa Marta, 28% dos entrevistados vivem em ruas não pavimentadas, 7,3% sem iluminação na rua e 19% sem coleta de lixo. Em Água Mineral, 87,9% dos entrevistados têm acesso à água tratada e 83,8% têm acesso a saneamento básico. O quadro 1 fornece uma breve visão geral de alguns dos indicadores chaves para cada comunidade.

Quadro 1
Dados demográficos das comunidades

	Água Mineral	Bangu	Santa Marta
Idade dos entrevistados (média)	39	34	39
Raça	66% negros ou pardos	69% negros ou pardos	65% negros ou pardos
Nível de escolaridade	56% ensino fundamental incompleto	53% ensino fundamental incompleto	55% ensino fundamental incompleto
Casado / União estável	70%	70%	56%
Apenas um quarto na casa	38%	31%	42%
Famílias com acesso a água tratada	87,9%	95,5%	99,1%
Famílias com acesso a saneamento básico	83,8%	93,8%	82,7%

Violências na comunidade

Nas discussões promovidas durante os grupos focais, a violência na comunidade foi constantemente citada como uma das mais prementes preocupações relacionada ao bem-estar das crianças e adolescentes em duas das três comunidades (Bangu e Santa Marta).

“Tudo é medo. Quando escutam um tiro saem correndo, se escondem debaixo da cama ... (Meus filhos) falam que tem medo. Eu acho que aqui não é um lugar legal de criar um filho.”

(Mãe de criança de 0-6 anos, Bangu, Q1)

“A violência vem dos dois lados: dos bandidos e dos maus policiais. Dependendo do lugar em que você mora, você vai confiar mais no bandido do que na polícia.”

(Mãe de criança de 0-6 anos, Bangu, Q2)

“Eu tenho medo de deixar eles brincarem lá fora por causa da violência. Então, meus filhos ficam dentro de casa, trancados.”

(Mãe de crianças de 7-12 anos, Bangu, Q3)

“A gente sabe que o filho precisa brincar e que não vai ficar preso dentro de casa. Ele quer sair. Mas a mãe desceu, ele tem que ficar trancado dentro de casa. Porque tem sempre esse risco.”

(Mãe de criança de 0-6 anos, Santa Marta, Q4)

Em Água Mineral, o relativo isolamento da comunidade e seu tamanho relativamente pequeno fazem com que seus moradores fiquem à margem da violência das facções do tráfico, comum à maioria das favelas ou comunidades de baixa renda na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Violência intrafamiliar e castigo físico

O estudo de *baseline* constatou que a violência também é freqüente dentro de casa, incluindo violência entre adultos e de adultos contra crianças. O questionário incluiu questões sobre comportamentos mais graves e menos graves de violência. Em relação a isso, os dados qualitativos e os pontos de vista de pais e outros adultos foram extremamente importantes para se compreender o contexto e o significado da violência intrafamiliar, em especial aquela empregada contra a criança.

Quadro 2
Violência intrafamiliar

	Água Mineral	Bangu	Santa Marta
Violência física de um adulto contra outro adulto (em uma ou mais ocasiões) nos últimos 3 meses	29%	44%	22%
Violência física de um adulto contra uma criança (em uma ou mais ocasiões) nos últimos 3 meses	59,6%	76,8%	68,2%

Em Santa Marta, 22% dos pais afirmaram que um adulto na casa usou violência física contra outro adulto (os tipos de violência física consideradas foram: dar tapa, bater, chutar, puxar cabelo ou empurrar) em uma ou mais ocasiões nos últimos três meses, assim como 29% em Água Mineral e 44% no caso de Vila Aliança.

Porcentagens de violência ou de castigo físico cometido pelos adultos contra as crianças foram mais elevadas que contra outro adulto. No caso de Santa Marta, 68,2% dos entrevistados disseram que um adulto usou violência física (considerando-se a mesma definição mencionada acima) contra uma criança na casa pelo menos uma vez, assim como 59,6% no caso de Água Mineral e 68,2% em Vila Aliança. Essas porcentagens incluem tanto os entrevistados que cometeram este tipo de violência (a grande maioria) quanto uma porcentagem relativamente pequena que relatou o uso de violência física mais grave.

“Eu bato mesmo. Se me perturba ou briga na rua eu bato. Amar não é só dar carinho, passar a mão na cabeça não. Dependendo do que faz, tem que bater. Senão não está corrigindo ele.”

(Mãe de crianças de 0-6 anos).

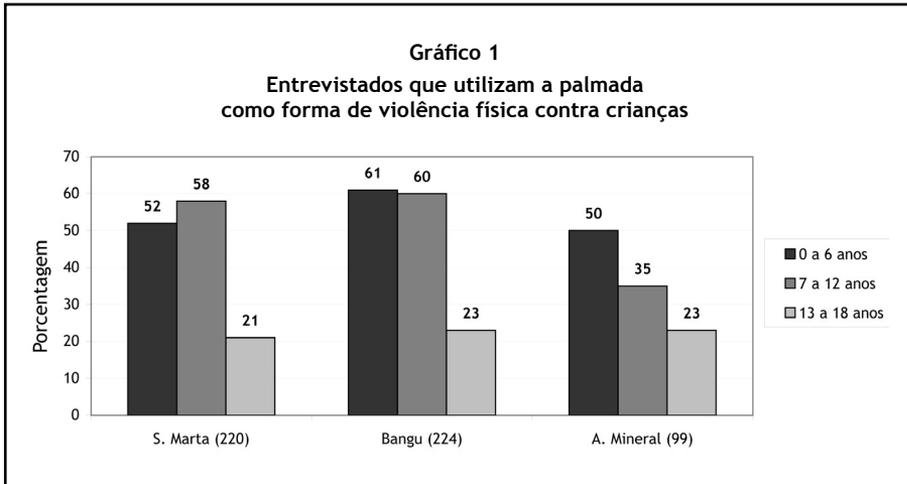
“Eu dou um grito. Se não me obedecer eu vou e bato.”

(Mãe de crianças de 0-6 anos).

“Se eu falar para você que de vez em quando eu não passo o sapato eu vou estar mentindo, converso, converso, converso, mas aí chega no limite que tem que dar um... para mostrar que a gente não está só conversando, a gente tá falando sério com eles, (...).”

(Pai de crianças de 7-12 anos)

O gráfico 1 mostra o uso relatado de violência e castigo físico por pais contra crianças segundo intervalos de idade, usando as duas formas mais comumente relatadas de violência física (dar tapa e surra). Em duas das três comunidades podemos observar uma tendência geral de usar castigo físico com maior frequência contra crianças de 7-12 anos e em menor quantidade contra adolescentes. Em Água Mineral, o castigo físico é maior contra crianças de 0-6 anos.



Nos casos de violência intrafamiliar, a maioria dos entrevistados em duas das comunidades nas quais foram coletados dados afirmou que não procura ajuda ou conversa com alguém sobre a violência. Em Santa Marta, apenas 10% dos entrevistados disseram ter procurado ajuda no caso de um adulto ter usado violência contra uma criança. Nas três comunidades, os parentes e vizinhos foram as fontes de apoio mais citadas. Em Santa Marta, 5% dos casos em que adultos procuraram ajuda em decorrência de violência doméstica, estes o fizeram procurando os serviços formais. Os resultados qualitativos, similamente, mostram que poucas famílias relatam procura por ajuda ou conversam com alguém no caso de castigo físico ou outras formas de violência intrafamiliar.

É importante salientar que o projeto Bases de Apoio leva em consideração que tais fenômenos não são exclusividades das comunidades de baixa renda ou daquelas nas quais o projeto atua. Práticas violentas são cotidianamente reproduzidas no corpo social e devem ser analisadas como um fenômeno mais amplo. No entanto, raras – ou talvez inexistentes – são as pesquisas sobre este tipo de fenômeno junto às camadas médias e altas da sociedade brasileira.

Conhecimento sobre desenvolvimento infantil e necessidades das crianças

Para avaliar os conhecimentos gerais sobre desenvolvimento infantil, foram testadas e aplicadas cinco questões específicas. Como pode ser observado nas respostas, a maioria dos entrevistados estava razoavelmente bem informada sobre esses indicadores básicos acerca do desenvolvimento infanto-juvenil. No caso de Santa Marta, 79,6% dos entrevistados forneceram respostas corretas, como fizeram 82,4% em Bangu e 78% em Água Mineral. De maneira semelhante, nos grupos focais os entrevistados mostraram compreensão geral sobre as necessidades relacionadas ao desenvolvimento das crianças e adolescentes (por exemplo, a importância de conversar com as crianças, a necessidade de proteger as crianças e lhes fornecer um ambiente seguro, as consequências negativas do uso da violência contra as crianças, a necessidade de autonomia dos adolescentes, assim como de limites, entre outras).

O que ficou claro nas discussões dos grupos focais foi que ter conhecimento não necessariamente significava que os pais e responsáveis agissem de acordo com ele. Foi possível observar que a maioria dos pais acredita que utilizar castigos físicos não é a melhor maneira de educar seus filhos mas, a despeito disso, alguns destes os empregam com frequência.

Conhecimento sobre os direitos das crianças

De maneira semelhante, para avaliar o conhecimento geral sobre os direitos das crianças, foram testadas e aplicadas cinco afirmações simples sobre o Estatuto da Criança e dos Adolescente (ECA). O nível de conhecimento sobre direitos das crianças foi relativamente alto, mas não tão alto quanto o conhecimento sobre desenvolvimento infantil. No caso de Santa Marta, 68,8% dos entrevistados responderam as questões corretamente, como o fizeram 74,2% em Bangu e 65,1% em Água Mineral. Isso sugeriu a necessidade de trabalho com famílias para que se promova uma melhor compreensão desses direitos básicos, além de ações que possibilitem a efetivação dos mesmos.

Durante as discussões dos grupos focais, a maioria dos pais confirmou possuir um conhecimento geral sobre os direitos das crianças e que geralmente concordavam com os artigos básicos do ECA. Apesar de tudo, alguns pais nos grupos focais mostraram uma atitude negativa em relação ao ECA, o qual julgam conferir direitos “excessivos” às crianças:

“...E depois desse negócio sobre o menor, tudo é assim “mãe, você já viu que eu tenho direito?”, eu falo “você tá igual àqueles meninos de rua que falam não bota a mão em mim que eu sou de menor”, não tenho medo de menor aqui não.”

(Mãe, 13-19 anos, Q9)

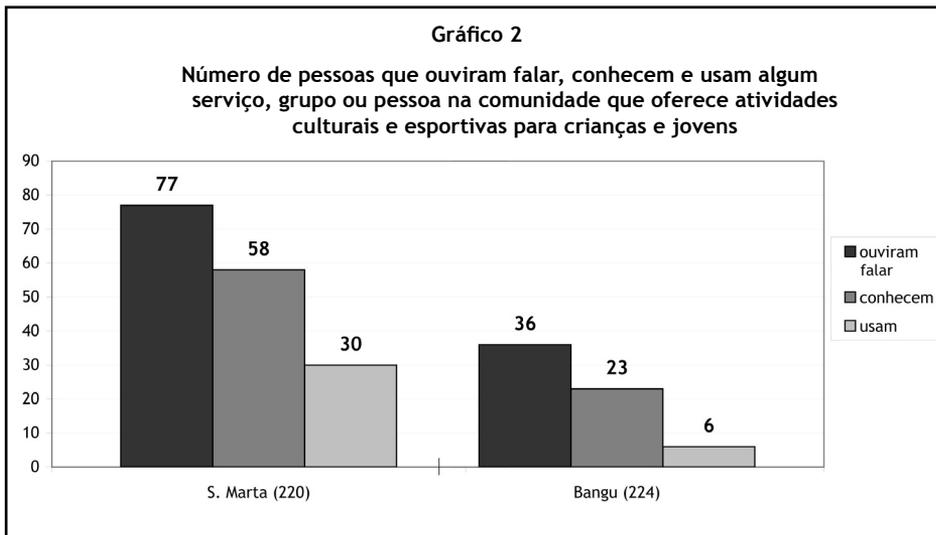
Contrariando as suposições de desconhecimento sobre direitos das crianças por parte dos pais e/ou responsáveis, observou-se que nas três comunidades há um razoável nível de conhecimento sobre o assunto, o que indica que o problema central para a defesa dos direitos das crianças não reside no campo do conhecimento.

Conhecimento e uso dos serviços para crianças e adolescentes

Em geral, foi detectado um nível bastante baixo de conhecimento e uso dos serviços existentes para crianças e adolescentes, especificamente dos programas culturais e recreativos para crianças e adolescentes, como pode ser observado no Gráfico 2. O menor uso e conhecimento dos serviços em Vila Aliança é, em parte, um reflexo do menor número de serviços disponíveis. Porém, mesmo no caso de Santa Marta, onde existe maior quantidade de serviços culturais e recreativos para crianças e adolescentes, o conhecimento e uso destes é relativamente baixo. Quando perguntados se conheciam um serviço específico de assistência para crianças com dificuldades na escola, 32% dos entrevistados em Santa Marta e 18% em Bangu

conheciam uma pessoa ou organização que oferecia este tipo de serviço (reforço escolar). Em Água Mineral, devido ao baixo número de serviços, particularmente dos serviços formais, essa questão não pôde ser incluída no questionário de *baseline*.

Em Bangu e Santa Marta, foram perguntadas as seguintes questões aos entrevistados: se eles haviam ouvido falar, se eles conheciam e se usavam algum serviço, grupo ou pessoa na comunidade que oferecesse atividades culturais ou esportivas para crianças e jovens.



Em Santa Marta, 66,5% das crianças de 0-6 anos usam creches, enquanto que 50% o fazem em Bangu. No caso de Santa Marta, as famílias que não usam creches afirmaram que não o fazem por preferirem cuidar de suas crianças em casa. Em Vila Aliança, uma porcentagem maior afirmou que não utilizam creches por falta de recursos. Em Água Mineral, não havia uma creche formal na comunidade no início do projeto.

Percepções e opiniões sobre os serviços existentes no momento do baseline

No componente qualitativo da pesquisa de *baseline*, os pais e responsáveis também foram perguntados sobre suas impressões gerais dos serviços existentes, ambos formais e informais. Essas entrevistas ajudaram a identificar: (1) padrões atuais de uso; (2) opiniões sobre os serviços existentes; e (3) barreiras para o uso dos serviços formais existentes.

No caso da pesquisa quantitativa, as famílias confirmaram a importância das redes informais (parentes e amigos) no cuidado de suas crianças, e particularmente quanto ao ato de “vigiar” suas crianças. No caso de Santa Marta e Bangu, esse “vigiar” as crianças foi um tema de importância central para os pais devido à violência nestas comunidades, conforme mencionado anteriormente. A fala a seguir sugere a importância do apoio da família e vizinhos neste sentido.

“(...) os vizinhos acabam se preocupando também (com as suas crianças) e com todas as crianças que existem na comunidade, acaba também se preocupando com aquele filho de alguém que tá ali.”

(Pai de crianças, 0-6 anos, Santa Marta)

Enquanto algumas famílias relataram se sentir “apoiadas” pelos parentes e vizinhos, outras famílias afirmaram se sentir isoladas e abandonadas. Algumas famílias afirmaram poder contar apenas com Deus:

“É só Deus mesmo porque eu não tenho marido mesmo.”
(Mãe de adolescente, 13-18 anos, Santa Marta)

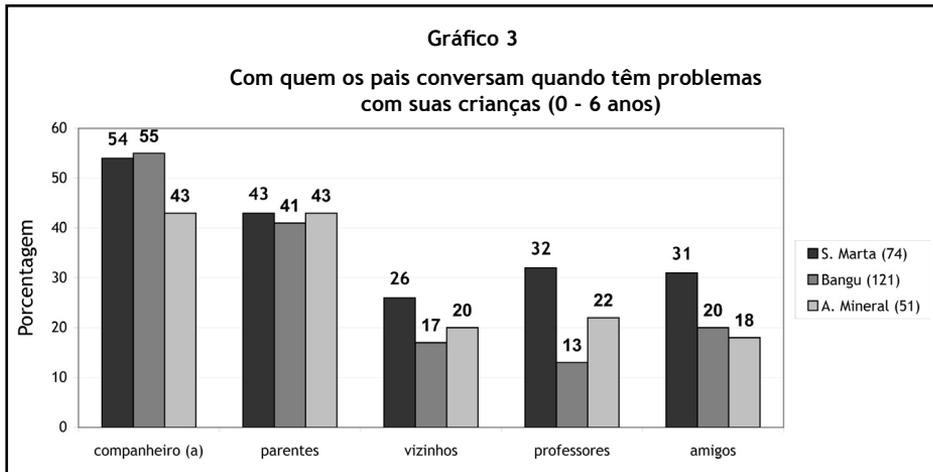
Outros exemplos de indivíduos na comunidade foram citados como fontes de apoio, ajuda, tais como professores, um pastor e um líder comunitário. Quanto aos serviços formais, apesar de alguns comentários positivos, em geral os pais nas três comunidades relataram déficits ou falta de serviços. Uma queixa recorrente sobre os serviços formais existentes foi a de que possuíam poucas vagas, e que as existentes eram preenchidas por aqueles que tinham contatos. Outra queixa comum ou observação sobre os serviços formais existentes se referia à sua efemeridade. Vários participantes mencionaram serviços ou programas para crianças e jovens que deixaram de existir. Outros pais reclamaram do fato de os serviços serem sempre pagos, mesmo nos sistemas de escola pública.

Vários pais reclamaram sobre a falta completa de serviços ou falta de infraestrutura e outros desafios e barreiras aos serviços, incluindo a violência na comunidade e a falta de transporte:

“Nossos filhos não tem um lazer dentro da favela, não tem uma vila olímpica, não podemos sair daqui para levar nossos filhos ao campo de futebol que às vezes tá aquela troca de tiro tremenda e os próprios policiais às vezes, como eu próprio já presenciei, vinha aqui dentro e eles mesmo traziam os tóxicos, eles mesmo traziam os armamentos e o que acontecia? Ali eles faziam a negociação com os bandidos. Quer dizer, a criança fica presa 24h por dia dentro de casa, é do colégio pra casa, de casa pro colégio, às vezes não pode sair, não tem um lazer, aqui nós não temos um lazer, não tem como desenvolver. Quando os pais às vezes soltam os filhos, dão muita corda e solta para a marginalidade.”

(Pai de crianças de 7-12 anos, Bangu)

Quando tem problemas relacionados às suas crianças e adolescentes, a grande minoria dos entrevistados afirmou não conversar com ninguém sobre eles. No caso de Santa Marta, um pouco mais da metade dos pais afirmou que conversa com alguém quando tem problemas com suas crianças, e um pouco menos que isso no caso de Bangu.



Mapeamento dos serviços comunitários

Metodologia

O mapeamento dos serviços locais para crianças, jovens e famílias serve tanto para aumentar a sua visibilidade quanto para o levantamento de indicadores de impacto do projeto. Se o objetivo do projeto inclui o fortalecimento dos serviços comunitários, então, é recomendável conhecê-los previamente, sendo o mais importante:

- a) A sua rede de relacionamentos com lideranças locais e outros serviços comunitários, bem como o grau de participação de moradores da comunidade na sua gestão programática e administrativa;
- b) O grau de conhecimento do *staff* sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, incluindo o seu sistema de garantia, e sobre aspectos do desenvolvimento infanto-juvenil.
- c) Rotinas de sistematização de experiências, resultados e metodologias.
- d) Ferramentas de desenvolvimento e administração de recursos financeiros, técnicos e humanos;
- e) Estrutura organizacional, fluxo de tomadas de decisão e comunicação interna.

Para o mapeamento, foram considerados como “serviços comunitários” todos os recursos locais, formais e informais, públicos e privados, gratuitos ou não, com os quais as famílias podiam contar para auxiliar no cuidado e educação de suas crianças e adolescentes.

A partir dos contatos pré-estabelecidos com lideranças locais, foi possível fazer um levantamento inicial dos principais serviços existentes, tais como creches, cursos

pré-vestibulares, postos de saúde, programas culturais, reforço escolar, entre outros. Na medida em que estes serviços foram sendo visitados pelos pesquisadores, recursos comunitários com menor visibilidade, em sua maioria informais, foram identificados e adicionados.

Todos os serviços comunitários identificados foram visitados *in-loco* por entrevistadores do projeto, munidos com um roteiro de perguntas endereçadas aos responsáveis pelas iniciativas locais. As respostas foram registradas manualmente e, posteriormente, sistematizadas em um diretório de serviços comunitários, organizado nas seguintes categorias: educação, saúde, cultura, lazer, esporte e religiosidade.

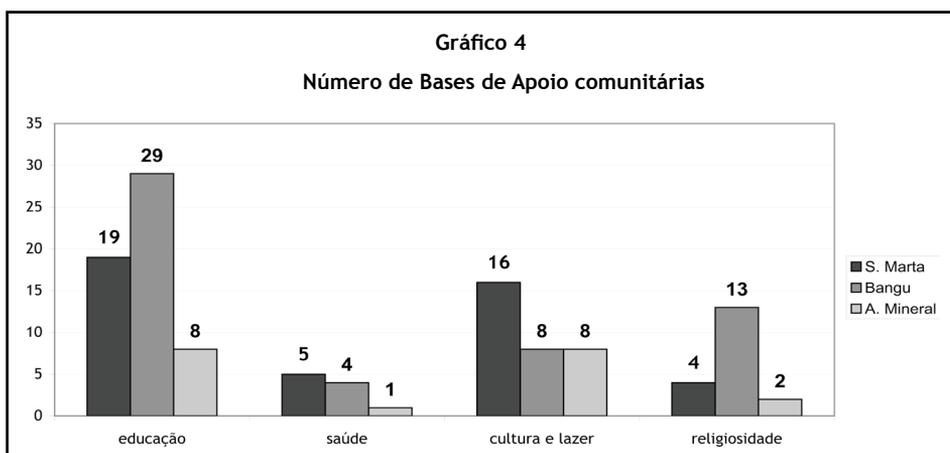
Roteiro de Entrevista

1. Quem sou eu ?
2. O que faço ?
3. Como eu faço ?
4. Como eu faço ?
5. Quantas pessoas eu atendo ?
6. Onde eu estou ?

Resultados

Uma série de serviços para crianças, adolescentes e familiares foram identificados nas três comunidades do projeto. O gráfico a seguir mostra o número de organizações ou indivíduos (não ligados a algum programa específico) que fornecem esses tipos de serviços.

Como pode ser visto no gráfico, Bangu tem o maior número de organizações locais e indivíduos que prestam serviços, seguido de Santa Marta. Água Mineral, conforme mencionado anteriormente, tem um baixo número desses serviços devido, em parte, à sua população menos numerosa e ao seu relativo isolamento.



As organizações de base religiosa, como pode ser observado, constituem importante fonte de apoio nas três comunidades. Muitas organizações ou indivíduos que oferecem serviços ou atividades relacionados à educação, saúde e cultura e lazer, e que não se definem como religiosas, têm algum cunho religioso ou são dirigidas por entidades religiosas, particularmente no caso de Santa Marta.

Além de publicar os guias de serviços voltados para crianças e adolescentes das três comunidades pesquisadas, o CIESPI e o Promundo publicaram um mapa de cada comunidade com a localização geográfica de todos os serviços comunitários identificados durante o levantamento.



Tanto o mapeamento dos serviços comunitários quanto a pesquisa de *baseline* foram realizados a partir de uma metodologia participativa, ou seja, com a contribuição direta de diversos atores locais. Os entrevistadores eram moradores jovens e adultos da própria comunidade, e foram previamente capacitados para a realização das entrevistas. Além disso, o conselho comunitário do projeto – formado por lideranças das três comunidades – apoiou a elaboração dos instrumentos de pesquisa e sugeriu a confecção dos três mapas.

Conclusões do baseline e do mapeamento dos serviços

Como poderá ser observado adiante, os resultados da pesquisa de *baseline* apresentados a seguir informaram e moldaram as atividades do projeto. A seguir encontram-se as principais conclusões do trabalho:

- **Há um número significativo de bases formais e informais em duas das comunidades,** embora a colaboração entre as bases seja relativamente pequena. As organizações religiosas exercem um papel importante na vida da comunidade, em muitos casos oferecendo serviços e atividades educativas, culturais e recreativas, entre outras. Em geral, nas três comunidades, há uma necessidade tanto para aumentar o número de serviços, como também

melhorar e aumentar a capacidade de atendimento dos serviços existentes. No caso de Água Mineral, em particular, foi constatada uma grande falta de serviços como atividades culturais e esportivas, bem como creches e pré-escolas.

- **Membros da comunidade relataram uso e conhecimento limitados dos serviços existentes.** Este dado sugere a necessidade de se ampliar o conhecimento sobre os serviços e de se encorajar uma maior colaboração entre os serviços existentes.
- **Violência doméstica e castigo físico afetam um grande número de famílias.** Apesar disso, uma abordagem de apoio direto às famílias ou serviços voltados para as crianças e famílias, conforme inicialmente previsto, não pareceu ser sustentável para as comunidades sem um apoio significativo do setor público. Ao invés disso, optou-se por capacitar a equipe dos programas comunitários no tema da prevenção de violência contra crianças¹¹.
- **Famílias mostram bom nível de conhecimento sobre os direitos das crianças e desenvolvimento infantil.** O desafio detectado pela pesquisa é que o conhecimento não necessariamente orienta a ação dos pais e responsáveis. Além disso, os direitos não são garantidos devido à omissão do Estado nas respectivas comunidades. Pobreza, exclusão social e violência na comunidade, serviços públicos superlotados e ineficazes (como os Conselhos Tutelares) isolam e criam barreiras para as famílias de baixa renda acessarem os serviços para crianças e jovens.
- **Famílias e serviços comunitários (com algumas notáveis exceções) foram apenas ocasionalmente envolvidos em mobilização comunitária e advocacy.** Esta constatação aponta para a necessidade de se promover ações coletivas em torno das demandas da comunidade, particularmente as relacionadas a crianças e jovens, como uma estratégia chave para o projeto.

Divulgação dos resultados nas comunidades: estimulando o engajamento

Experiências distintas nas três comunidades serviram para confirmar a importância de se democratizar localmente o conhecimento que foi adquirido através de pesquisas e levantamentos, principalmente quando se faz uso da metodologia participativa para a realização deste tipo de trabalho. Em Vila Aliança, por exemplo, foi organizado um evento para apresentar os dados das pesquisas aos moradores. Ao “apresentar” os resultados sistematizados e analisados para a comunidade, os pesquisadores colaboram com o processo de autoconhecimento comunitário, além de atenderem, mesmo que parcialmente, algumas das expectativas geradas ao longo do processo de coleta de dados. Neste momento também foi possível discutir com os moradores os significados de alguns dados, sua pertinência e valor.

¹¹ - Um novo projeto voltado especificamente para a redução do castigo físico começou a ser implantado em 2005 por iniciativa do Instituto Promundo, tomando como referência práticas de famílias que não utilizam o castigo físico como recurso disciplinador.

Conforme foi observado nas três localidades onde este trabalho foi realizado, a divulgação nas comunidades dos resultados de uma pesquisa de *baseline* e do mapeamento das bases de apoio pode também vir a ser uma estratégia eficaz para o início de uma mobilização comunitária pelos direitos das crianças e dos adolescentes, com foco no desenvolvimento local.

Já a participação direta dos atores locais – responsáveis pelos levantamentos que resultaram no mapeamento das bases de apoio em suas comunidades – no processo posterior de análise dos mapas lhes propiciou uma compreensão mais global e sistêmica de sua atuação no projeto. A distribuição dos mapas nas três comunidades também serviu ao propósito de “devolução” dos resultados para as comunidades, visto que as bases de apoio identificadas viram seus trabalhos reconhecidos e disseminados localmente.

Obstáculos e desafios

- **Risco de omitir alguns serviços comunitários.** O número limitado de entrevistadores locais em Santa Marta, aliado à pequena visibilidade de alguns grupos ainda recentes na comunidade, acarretou na não identificação de alguns programas, que não foram incluídos no mapa, tendo gerado descontentamento.
- **Complexidade do instrumento de pesquisa.** Na expectativa de se obter maior número possível de informações que embasassem as ações do projeto, o questionário inicial tornou-se longo e de difícil compreensão.
- **Falta de experiência com pesquisas.** Os moradores jovens e adultos (orientadores sociais) que desempenharam o papel de entrevistadores nunca haviam trabalhado com pesquisa, o que tornou imprescindível a necessidade de capacitação prévia.
- **Temas sensíveis.** É difícil abordar questões mais delicadas, como violência contra crianças e abuso sexual, entre outras, por meio de um questionário. Alguns adolescentes não se sentiram à vontade para entrevistar outros adolescentes. Não apenas pela questão de privacidade (em comunidades como Santa Marta, a maioria das pessoas se conhece), mas também pelo receio de provocar lembranças de experiências quase sempre dolorosas.
- **Expectativas dos moradores.** Alguns entrevistados não pareciam compreender a necessidade de se realizar uma pesquisa de *baseline* e manifestavam o desejo por ações mais concretas para a comunidade.

- **Dificuldades na obtenção de dados para mapeamento dos serviços.** Os entrevistadores encontraram dificuldades para agendar entrevistas com alguns representantes de serviços comunitários, principalmente com aqueles representantes que, por sua posição de liderança, poderiam mais facilmente oferecer uma visão global das iniciativas visitadas. Em outros casos, entrevistadores jovens se sentiram discriminados por representantes adultos dos serviços comunitários. Além disso, houve situações em que alguns representantes só se colocavam disponíveis para serem entrevistados pelos “diretores” do projeto.
- **A informalidade e o receio da exposição.** Os entrevistadores foram orientados a solicitar aos representantes dos serviços comunitários a assinatura de um Termo de Autorização para a publicação das informações coletadas. Visto que boa parte destes serviços opera na informalidade – ausência de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) – alguns de seus representantes receavam a exposição de seus programas, julgando que correriam o risco de serem obrigados a pagar taxas e impostos, ou de encerrar a iniciativa por falta de registro em órgãos oficiais. Este foi o caso de algumas creches comunitárias, as quais estão mais susceptíveis à fiscalização por parte do poder público. Este fato é um bom exemplo da informalidade de muitas das bases existentes, podendo representar um obstáculo para que as mesmas tornem-se mais sustentáveis.
- **Distribuição dos Mapas.** A distribuição dos mapas de serviços comunitários gerou preocupação em uma das comunidades. Nesta fase, houve o receio por parte dos participantes do projeto de que os narcotraficantes, que recentemente haviam passado a controlar áreas geográficas não mapeadas pelo poder público, reagissem por acreditar que a sua visibilidade facilitaria a atuação da polícia.
- **Recrutamento de moradores para participação em grupos focais.** Mesmo tendo sido realizadas em sessões de curta duração, com cerca de uma hora e meia, os pesquisadores e os orientadores sociais tiveram dificuldades para recrutar os moradores, principalmente os do sexo masculino. Se por um lado, a gratificação financeira dos participantes em uma das comunidades gerou expectativas equivocadas de que o projeto teria “muito dinheiro”, na comunidade onde não se ofereceu esta gratificação em dinheiro houve um esvaziamento das sessões.
- **Tempo dos patrocinadores e o tempo da comunidade.** Um desafio para a condução do processo de mapeamento e realização de pesquisa de *baseline* residiu em respeitar cronogramas de atividades previamente acordados com os patrocinadores do projeto, sem “atropelar” o processo na comunidade em questão. A riqueza da metodologia participativa para a realização da pesquisa e do mapeamento é produzida processualmente. Ao queimar etapas desse processo, o projeto poderia ter sido prejudicado

em qualidade e eficácia, além de ter sua sustentabilidade ameaçada. Muitas vezes, diante da necessidade e pressão por resultados rápidos, momentos ricos de participação e de aprendizado das pessoas da comunidade são vistos como empecilho ou problema. O “tempo” de cada comunidade nem sempre é o tempo dos executores da proposta, e isso teve que ser considerado.

Lições Aprendidas

A metodologia participativa em pesquisa e mapeamento de serviços locais deve ir além da fase de elaboração dos instrumentos de pesquisa e coleta de dados. Mesmo que o tratamento estatístico dos dados esteja centrado nas mãos de um ou dois pesquisadores, é essencial que a análise dos mesmos seja feita com a participação dos moradores. Desta forma, além de se apropriarem do processo integralmente, os moradores poderão reproduzir o conhecimento adquirido em suas respectivas comunidades.

Ao promover a participação dos moradores no processo inicial de pesquisa em suas comunidades, é fundamental levar-se em consideração alguns fatores importantes, tais como:

- **Em comunidades pequenas, mas demograficamente densas, é provável que alguns entrevistadores conheçam pessoalmente parte do universo a ser entrevistado e o grau de intimidade (variável) pode comprometer o resultado da pesquisa.** Nesse caso, torna-se aconselhável que tais moradores colaborem com a elaboração dos instrumentos de pesquisa e análise dos dados, mas evitem aplicar questionários;
- **É provável que nos próprios serviços comunitários sejam identificados indivíduos com perfil mais adequado para a aplicação dos questionários da pesquisa de baseline** (educadores, assistentes sociais, animadores culturais, agentes comunitários etc.). Desta forma, propicia-se também um maior grau de apropriação do processo e resultados da pesquisa por parte dos serviços que compõem as bases de apoio para crianças e jovens em uma dada localidade;
- **Os moradores que participam ativamente do processo de aplicação dos questionários podem se tornar referências locais** para as questões relevantes aos direitos e ao desenvolvimento de crianças e jovens em sua comunidade. Assim, é importante assegurar que eles se apropriem de todo processo de pesquisa, não os convocando apenas como “aplicadores de questionário”.

- Ao entrar em contato direto com pessoas da comunidade sobre as questões relativas a crianças e adolescentes, tanto os orientadores sociais recrutados localmente quanto os membros da equipe técnica do CIESPI e Promundo se depararam com situações difíceis em que houve violação de direitos. Assim, **a equipe do projeto e os orientadores sociais sentiram a necessidade de se munirem de informações de ordem prática**, tais como: endereço e telefone do Conselho Tutelar e da Delegacia da Mulher mais próximos; procedimentos legais e os locais para o reconhecimento de paternidade e requerimento de pensão alimentícia. Além disso, foi importante que os entrevistadores tivessem muita clareza quanto ao que a pesquisa e o mapeamento se propunham.
- **Tanto em Água Mineral quanto em Vila Aliança e Santa Marta, o mapeamento dos serviços comunitários para crianças, adolescentes e famílias foi visto como um processo inovador**, que serviu para pavimentar o caminho para a integração e articulação entre os grupos, projetos e indivíduos ligados a crianças e adolescentes de cada comunidade. Entretanto, poderiam ter sido planejados mais eventos e mais ocasiões que permitissem a divulgação e distribuição dos mapas, entre outras estratégias de divulgação. Em Santa Marta, um evento cultural reuniu pela primeira vez boa parte dos representantes dos serviços locais, produzindo uma imediata visibilidade e articulação entre os mesmos.
- **Em comunidades com áreas dominadas por comandos armados do narcotráfico, como ocorre em alguns dos grandes centros urbanos brasileiros, é aconselhável que a instituição responsável pelo projeto escute e busque informações com os parceiros locais** sobre onde, como e com quem circular pelas ruas do local. Via de regra, os moradores conhecem bem a dinâmica dos conflitos armados em sua comunidade.
- **Apesar dos desafios enfrentados durante o recrutamento de moradores para a composição dos grupos focais, os participantes demonstraram ter gostado da experiência vivenciada nestes grupos.** Eles encontraram um espaço para falar sobre questões que, geralmente, ficavam circunscritas ao âmbito familiar ou nas relações de maior intimidade pessoal. Em Água Mineral, por exemplo, os grupos focais resultaram na formação de um grupo permanente de mães, o qual passou a participar regularmente das oficinas promovidas pelo projeto Bases de Apoio, em parceria com um programa Municipal de Saúde – Programa Saúde da Família (PSF).

As próximas seções descreverão como o projeto foi desenvolvido a partir das informações levantadas pela pesquisa de *baseline*. No final do documento, serão

apresentados os resultados da avaliação de impacto, por meio da comparação de informações do *baseline* com os mesmos indicadores três anos mais tarde.

Construindo os alicerces do projeto

A construção de uma estrutura para que as ações do Bases de Apoio fossem implementadas, como definições de equipes, espaços de atuação e ferramentas de ação direta, foi resultado de um processo coletivo e contínuo de troca com a comunidade. A seguir são apresentados insumos essenciais ao início da ação do projeto Bases de Apoio.

Equipes de trabalho

A estrutura organizacional constituiu-se de dois níveis principais de atuação: técnico (profissionais do Promundo e do CIESPI) e comunitário (moradores das comunidades-alvo). Em ambos os casos, o dimensionamento das equipes de trabalho deve ser proporcional à dimensão demográfica do universo onde ocorrerá a intervenção, ao número de serviços comunitários mapeados e à localização geográfica dos mesmos.

a) Responsabilidades da equipe técnica. Desenvolvimento de base teórica da intervenção; captação e administração de recursos; planejamento, execução e avaliação de atividades em equipe nas comunidades; desenvolvimento e aplicação de questionários de pesquisa e condução de grupos focais; sistematização de dados qualitativos e quantitativos; organização, implantação e monitoramento de cursos de capacitação e oficinas educativas; articulação de parcerias formais e informais em nível comunitário; produção de relatórios descritivos; *advocacy* voltado para políticas públicas etc.

b) Responsabilidades dos orientadores sociais. Colaboração na implementação e avaliação de ações e estratégias locais. Participação em programas de estudos, capacitação e assessoria técnica; planejamento e replicação de capacitação e assessoria técnica às bases de apoio; prestação de serviços a moradores da localidade; organização de campanhas comunitárias e articulação com lideranças locais; participação na elaboração de relatórios e propostas de captação de recursos; pesquisa na Internet; elaboração e organização de materiais pedagógicos e promocionais etc.

Pólos comunitários

Os orientadores sociais do Bases de Apoio, em conjunto com a coordenação local de cada comunidade, foram convidados a propor um plano para utilização de uma rubrica do orçamento do projeto destinada a atividades comunitárias. As equipes de

Vila e Nova Aliança, Santa Marta e Água Mineral decidiram utilizar estes recursos para a constituição de sedes do projeto em suas respectivas comunidades. Além de permitirem a operacionalização das ações do projeto, estas sedes se transformaram em importante referência do projeto no imaginário dos moradores de cada localidade, e constituíram os Pólos comunitários.

Os três Pólos comunitários foram mobiliados (cadeiras, quadros, estantes, mesas) e equipados com computadores, e passaram a funcionar todos os dias úteis da semana, em horário comercial, com algumas atividades nos finais de semana. Cada Pólo comunitário é hoje, nas três comunidades, um espaço para o encontro e a troca de informações entre moradores, lideranças comunitárias, representantes de instituições e visitantes sobre problemas que ameaçam o desenvolvimento de crianças e jovens em sua comunidade, na busca de possíveis soluções.

Cada Pólo funciona como uma fonte comunitária de recursos (técnicos, financeiros e políticos) para as bases de apoio, além de desempenharem o papel de articulador de parcerias dentro e fora da comunidade. A partir do Pólo, os serviços formais e informais são mobilizados para trabalharem em redes de parcerias, seja no desenvolvimento de projetos comuns ou na construção de alianças políticas pela garantia e promoção dos direitos das crianças.

A equipe do Pólo é formada por um coordenador e por um grupo de orientadores sociais, todos moradores da comunidade e orientados tecnicamente para atuar como protagonistas do projeto em sua comunidade mediante um programa de capacitação e assessoria, o qual também contribui para o próprio processo de conquista de autonomia e sustentabilidade dos Pólos.

Regularmente, crianças e jovens da comunidade freqüentam o centro de informação do Pólo para acessar a Internet ou fazer um trabalho de escola. As mães buscam o Pólo para obter informações sobre saúde, educação e trabalho para os filhos. Um número crescente de famílias participa das oficinas organizadas pelo Pólo sobre desenvolvimento infantil, direitos da criança e prevenção de violência. Lá, as lideranças comunitárias se reúnem para discutir e planejar mobilizações políticas; os educadores e gestores de serviços locais participam de cursos, seminários e assessorias técnicas.

O Pólo comunitário é, portanto, um local de produção e disseminação de conhecimentos sobre infância e juventude, além de possibilitar ações integradas para e com as crianças, jovens e famílias da comunidade.

Centro de referência e centros de informação

Um centro de referência bibliográfica do projeto foi constituído na sede do CIESPI. Organizado por pesquisadores do CIESPI, o acervo físico está localizado no campus da PUC-Rio. Além disso, o site do Bases de Apoio (www.basesdeapoio.org.br) disponibiliza a versão eletrônica de algumas publicações, além de referências bibliográficas e resenhas de todo o acervo do centro de referência.

O centro de referência bibliográfica é um pilar importante do projeto, por permitir a difusão de conceitos que dão sustentação teórica e refletem os pressupostos do Bases de Apoio.

Para facilitar o acesso dos moradores de Vila Aliança, Santa Marta e Água Mineral a informações relevantes para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, foi criado em cada Pólo comunitário um centro de informação, com um acervo multimídia (acesso a Internet, livros, cartilhas, manuais, vídeos etc.).

Além de se responsabilizar pela expansão desse acervo por meio da aquisição de novos materiais, os Pólos realizam pesquisas sobre os temas de maior relevância em suas comunidades, visando a produção de boletins informativos (Bases & Fatos), distribuídos localmente e disponibilizados no site do projeto.

Os Pólos comunitários e seus parceiros locais

O fortalecimento das redes locais entre os grupos e organizações voltados para a infância e adolescência constitui um dos objetivos do projeto. Por isso os Pólos comunitários têm como uma de suas principais missões o estabelecimento e fomento de parcerias na comunidade. Os contextos históricos e circunstanciais de cada uma das três comunidades influenciaram fortemente o processo de estabelecimento de parcerias entre os Pólos comunitários e as bases de apoio de sua localidade. Cada indivíduo e grupo familiar, bem como cada representante de serviços formais e informais, estabelecem entre si uma complexa rede de relacionamentos, onde o jogo de poder e controle social são exercidos sem regras explícitas, no entanto, conhecidas entre seus participantes. Portanto, a compreensão sobre as alianças e os conflitos locais pela equipe técnica do projeto resultou de um processo gradual de reflexão crítica junto aos orientadores sociais dos Pólos, e só a partir desta compreensão foi possível a identificação de iniciativas viáveis para fortalecer e expandir as redes de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes.

Santa Marta

Em Santa Marta, um fator importante observado no momento de criação do Pólo foi a presença relativamente grande de ONGs vindas de fora que há muitos anos atuam naquela comunidade. Além da densidade de programas sociais, núcleos de fortes lideranças locais foram legitimados na comunidade. Esforços para fortalecer redes locais anteriores aos do projeto Bases de Apoio foram empreendidos por representantes de instituições religiosas que atuam na comunidade, mas sua efemeridade não permitiu a constatação de qualquer impacto de alcance comunitário.

A criação do "Fórum de Entidades do Santa Marta" por uma escola pública próxima à comunidade estabeleceu um espaço valioso de troca de informações entre os serviços locais (formais e informais) e ONGs externas. Este fórum, no entanto, não se propunha a promover ações conjuntas ou a estabelecer uma rede entre os programas para crianças e jovens que atuam em Santa Marta.

Um dos principais parceiros do Pólo comunitário em Santa Marta é a Igreja Missão Baptista. Além de desenvolver programas educacionais para crianças, jovens e famílias, o responsável pela igreja exerce uma importante liderança na comunidade. Com o apoio da Igreja, o Pólo comunitário de Santa Marta ampliou sua rede de parcerias e conseguiu avançar com os projetos de atuação conjunta entre os serviços locais.

Água Mineral

Em Água Mineral havia e ainda há grande carência de serviços públicos e privados para crianças, jovens e famílias. Os poucos programas existentes são, na sua maioria, informais, e atendem a um número limitado de pessoas. Além disso, a comunidade ainda possui um número relativamente pequeno de lideranças políticas consolidadas. Entre elas, pessoas que construíram a única associação de moradores da comunidade e que mais lutaram ativamente pelo seu desenvolvimento. Além dos técnicos do Programa de Saúde da Família, lotados no posto de saúde, a associação de moradores foi um dos principais parceiros do Pólo comunitário naquela comunidade. Apesar da baixa representatividade política que esta associação possuía, em virtude de um longo período de ausência de eleições para escolha de uma nova administração, o apoio oferecido ao Pólo comunitário foi de fundamental importância para que o mesmo se aproximasse das famílias e promovesse ações conjuntas entre alguns dos serviços comunitários locais.

Vila e Nova Aliança (Bangu)

Já em Vila Aliança, desde o início, o Pólo comunitário encontrou condições mais favoráveis para o estabelecimento de parcerias locais. Ao contrário de Santa Marta e Água Mineral, que possuem apenas uma associação de moradores, em Vila Aliança as lideranças locais atuam por meio de diversas associações, localizadas em áreas geográficas distintas e relativamente bem delimitadas, o que acredita-se contribuir para a diminuição da incidência de conflitos políticos entre elas. Além da disponibilidade e habilidades políticas de sua coordenação, os orientadores sociais do Pólo assumiram uma postura mais ativa na busca de parceiros locais. Através do apoio inicial do projeto "Caixa de Surpresas", programa educacional para mulheres jovens, o Pólo logo conquistou a participação, em diferentes níveis de atuação e intensidade, de três associações de moradores, grupos religiosos e uma rádio comunitária. Foi mais difícil para o Pólo engajar os serviços do poder público (escolas, posto de saúde, etc.), o que acabou se efetivando no decorrer do projeto. Esse processo de conquista de parceria se deu, principalmente, por aquilo que os orientadores sociais denominavam de "olho no olho", ou seja, uma constância de visitas aos grupos e organizações, buscando conhecer, conversar, e mesmo se fazer presentes e interessados em seus problemas e rotinas. Segundo os orientadores sociais, a constância dessas visitas oferecia aos grupos e organizações uma sensação de que havia uma iniciativa na comunidade que se mantinha constante, não efêmera. Além disso, permitiu um contato mais orgânico que ajudou a vencer resistências, ao aproximar os orientadores sociais dos grupos comunitários.

Na medida em que os atores locais percebiam os Pólos comunitários como uma fonte local de recursos técnicos, políticos e financeiros - e que a missão do projeto Bases de Apoio é justamente fortalecer esses pólos - as resistências para o fomento de redes locais começavam a diminuir.

Obstáculos e desafios

- **Definição do perfil dos agentes comunitários. Os parâmetros para definição do perfil dos agentes comunitários** – o coordenador de Pólo e os orientadores sociais – foram delineados ao longo do processo de construção das ações do projeto. Inicialmente, estabeleceu-se o critério de que eles teriam que ser jovens ou adultos, todos com filhos. O critério da paternidade/ maternidade valeu-se do argumento de que pessoas com filhos teriam mais credibilidade para trabalhar com as outras famílias da comunidade, por meio de grupos de conversa e debate – uma das ações iniciais do projeto, revistas posteriormente. Uma vez desenhado um programa de ações definitivo com enfoque em capacitação das bases de apoio, legitimado pelas próprias equipes locais, ficou evidente que alguns orientadores sociais não tinham um perfil adequado a esta nova abordagem, o que resultou no seu afastamento, motivo de conflitos e frustrações.
- **Jovens X adultos.** Durante o processo de construção de um programa de ações de fortalecimento das bases de apoio, as equipes de orientadores sociais nos três Pólos comunitários foram separadas em dois grupos: jovens e adultos. Esses dois grupos teriam diferentes objetivos dentro do projeto. Em Água Mineral e Vila Aliança, esta divisão etária serviu apenas para realçar as diferenças, tendo dificultado a integração e o fortalecimento das equipes como um todo. Somente com a extinção desta segmentação etária foi possível promover cooperação e unidade nos grupos.
- **Líder ou agente comunitário?** Ao se engajar no projeto como “agente comunitário”, o morador ganhava um status diferente em sua comunidade. Se por um lado, o título contribuía para fortalecer sua autoestima, havia sempre o risco que ele (a) fosse confundido(a) com uma “liderança comunitária” e que, portanto, pudesse ser percebido(a) como concorrência com as lideranças legitimadas. É bem possível que agentes comunitários, por meio de suas habilidades técnicas, acabem se tornando lideranças comunitárias, no entanto, este reconhecimento se dá ao longo de um processo de conquista, e que normalmente ocorre em um tempo maior que o da execução de um projeto.

Lições aprendidas

- **Mostrou-se prematura a constituição de uma equipe de orientadores sociais e coordenador de Pólo durante a fase de realização do mapeamento e da pesquisa de *baseline*.** Nesta etapa de implantação do projeto, a participação dos moradores poderia ter sido feita de forma pontual, ou seja, para o cumprimento de tarefas específicas, tais como validação de materiais, condução de entrevistas, análise de dados e divulgação local dos resultados de pesquisas. Apenas após a estruturação de um programa de atividades comum aos 3 campos foi possível delinear precisamente o perfil dos orientadores sociais e do coordenador de Pólo, tendo-se a partir de então viabilizado o engajamento de moradores com as habilidades necessárias ao trabalho de fortalecimento das bases de apoio. Algumas ações programáticas foram coincidentes nas três comunidades, mas as particularidades de cada contexto geraram demandas específicas que orientaram o planejamento de atividades.
- **O desenvolvimento de uma identidade institucional dos Pólos foi crucial para que eles pudessem atuar como provocadores de redes locais entre as bases de apoio em suas respectivas comunidades.** Com a instalação dos Pólos comunitários em sedes compartilhadas com associações de moradores, como aconteceu em Vila e Nova Aliança e Água Mineral, os agentes comunitários encontraram dificuldades para criar e manter localmente a identidade de representantes do projeto. Quando a imagem dos Pólos deixou de ser exclusivamente associada a um núcleo específico (religioso, político etc) de lideranças, ficou mais fácil manter relações mais diplomáticas e estratégicas com forças divergentes na comunidade.
- **Em comunidades como Santa Marta, Água Mineral e Vila Aliança, onde a cultura de cooperação entre os programas comunitários praticamente não existia, a idéia de construção de rede ainda é muito abstrata para a maioria de seus representantes.** Eventos temáticos organizados pelos Pólos, tais como atividades da Campanha do Laço Branco¹², em Água Mineral; atividades no Dia das Crianças, em Santa Marta, e um evento de divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em Vila Aliança, serviram para aproximar as bases de apoio de suas comunidades. Portanto, ações concretas facilitaram a promoção de relacionamentos, primeiro passo para se chegar à promoção de ações conjuntas entre elas.

12 - A "Campanha do Laço Branco - Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher" surgiu no Canadá em 1991 e foi apresentada ao Brasil pelo Instituto Promundo em 1999 (www.lacobranco.org.br).

OS POLOS EM AÇÃO

Segurança no trânsito

Um dia em novembro de 2004, Célia Maria Barreto, de 48 anos, uma cidadã da comunidade de Água Mineral, saiu para visitar parentes num bairro vizinho. Seus planos foram frustrados quando tentava atravessar a Rodovia Amaral Peixoto, na altura da Escola Estadual Dr. Rodolpho Siqueira. Célia foi atropelada por um dos veículos que trafegavam em alta velocidade pela rodovia, e teve morte instantânea. O motorista prosseguiu seu caminho, sem oferecer qualquer auxílio. Estatisticamente, ela é apenas uma na enorme lista de vítimas fatais naquele trecho da Rodovia Amaral Peixoto, apelidado pelos moradores de “Rodovia da Morte”.

Indignada com o descaso do poder público e preocupada com as vidas das crianças que estudam naquela escola, a equipe do Pólo comunitário de Água Mineral criou estratégias para conquistar a atenção das autoridades competentes e sensibilizar a comunidade para a necessidade de construção de uma passarela naquele trecho da rodovia.

Após algumas tentativas frustradas de sensibilizar autoridades municipais e estaduais, o Pólo promoveu uma articulação com representantes da associação de moradores de Água Mineral, diretores, professores e alunos de duas escolas estaduais, e moradores em geral para discutir o problema. Em conjunto, decidiram organizar uma manifestação pública na própria rodovia. Em ato pacífico e organizado pelas lide-ranças de Água Mineral, centenas de moradores jovens e adultos pararam o tráfego da rodovia por mais de 2 horas. A manifestação foi amplamente coberta pela mídia local. Em seguida, o poder público estadual respondeu oficialmente à carta protocolada pela associação de moradores, informando que a passarela seria finalmente construída naquele local.

No final de 2005, os moradores de Água Mineral comemoram a inauguração da passarela com a certeza de que podem se organizar para fazer valer os seus direitos.

Segurança nas ruas

Nas imediações das praças 1º de Maio e Nordeste, em Bangu, crianças, jovens e adultos vinham sofrendo com uma crescente onda de crimes (assaltos e perseguições). Os moradores não tinham como evitar transitar por ali, em virtude das escolas públicas e programas comunitários localizados naquela região. Aproveitando-se da completa ausência de policiamento e da falta de iluminação no local, bandidos agiam impunemente, principalmente à noite.

Acionados por alguns moradores, o Pólo comunitário de Bangu iniciou uma mobilização de lideranças locais para solucionar o problema, entre diretores, professores e pais de alunos de quatro escolas estaduais, além de representantes de uma associação de moradores. Eles conseguiram 600 assinaturas em um abaixo-

assinado que seria encaminhado a autoridades do poder público, solicitando iluminação e policiamento naquele local.

Antes de encaminhar o abaixo-assinado à Secretaria Estadual de Segurança Pública, o Pólo decidiu negociar diretamente com o batalhão da polícia militar daquela região, visto que lá existia um canal aberto de comunicação com os membros das comunidades circunvizinhas. Mensalmente, autoridades do batalhão recebiam as lideranças em um café-da-manhã especialmente organizado para “ouvir” a comunidade.

O Pólo liderou uma comissão de moradores da comunidade que participaria da negociação com o Batalhão. Durante o café-da-manhã, esta comissão expôs o problema e entregou a um major da polícia militar o abaixo-assinado e uma carta com as demandas da comunidade. Este major prometeu que, dentro de duas semanas, um destacamento policial seria acionado para o local em questão.

Passado o prazo dado pelo Batalhão sem que nenhuma providência fosse realmente tomada, no mês seguinte o Pólo voltou a participar do café-da-manhã, desta vez, com o apoio de representantes do Instituto Promundo e do CIESPI. Novamente, o problema foi discutido publicamente, inclusive com dois relatos de vítimas de tentativa de estupro e assalto nas adjacências das escolas. Sensibilizado também com a presença de representantes de instituições de fora da comunidade, o Batalhão renovou seu compromisso e prometeu resolver também a questão da falta de iluminação pública.

Em duas semanas, a região passou a ser policiada com maior regularidade. Além disso, novos equipamentos de iluminação pública foram instalados no local. Atualmente, a comunidade de Bangu continua enfrentando sérios problemas de segurança pública, mas pelo menos no trecho entre as praças 1º de Maio e Nordeste as crianças circulam com mais segurança para ir e vir de suas escolas.

Definindo um programa de ações para o fortalecimento de bases de apoio

Levantamento de demandas

Com a pesquisa de *baseline* e o mapeamento dos serviços locais para crianças, adolescentes e famílias, a equipe do projeto Bases de Apoio teve acesso a uma gama de informações sobre o contexto sócio-econômico e cultural, importantes para orientar as ações de fortalecimento das bases de apoio nas comunidades. Não obstante, no momento em que ações concretas eram planejadas, foi necessário determinar como serviriam para contemplar demandas específicas das bases de apoio locais, o que só foi possível em virtude da sua participação direta no planejamento das atividades.

A fim de se estruturar o programa de ações, levou-se em consideração também a capacidade técnica e financeira de ambas as instituições executoras (CIESPI e

Promundo). Somente a partir deste parâmetro, foi estabelecido um processo de “levantamento de demandas das bases de apoio”.

Os orientadores sociais dos Pólos comunitários realizaram novas visitas aos serviços locais, desta vez no intuito de conduzir uma entrevista semi-estruturada com os gestores de programas acerca dos seus principais desafios. As demandas levantadas estavam relacionadas à limitações de qualidade, capacidade e sustentabilidade dos serviços locais. O registro das demandas era feito pelo entrevistador para ser posteriormente organizado e analisado pelo restante da equipe do Pólo.

Os orientadores sociais, sob orientação da equipe técnica, organizaram as demandas segundo as seguintes categorias:

- a) **Institucional** – Demandas relativas à atividade-meio da organização, tais como: problemas de infra-estrutura da sede (infiltração, falta de luminosidade, telhas quebradas, espaço insuficiente para atividades, etc.); falta de recursos financeiros para pagamento de pessoal e compra de materiais pedagógicos; ausência de equipamentos ou de manutenção; dificuldades na administração e prestação de contas dos recursos da organização; falta de registro em órgãos oficiais do governo etc.
- b) **Programática** – Demandas relacionadas à atividade-fim do serviço comunitário, como a necessidade de capacitação técnica (por exemplo, capacitação pedagógica) das equipes de trabalho. Exemplo: em algumas creches visitadas, os gestores se queixavam da falta de participação dos pais na educação das crianças e se mostravam “impotentes” para superar tal dificuldade. Em programas culturais e esportivos para adolescentes, seus gestores manifestaram dificuldades para “abordar” temas sensíveis ou considerados tabus na comunidade, como o abuso sexual de crianças e a sexualidade na adolescência.
- a) **Política** – Demandas decorrentes da ineficiência de políticas públicas locais e dificuldades para reivindicá-las, principalmente em virtude da falta de uma compreensão crítica e aprofundada dos direitos da criança e do adolescente, bem como a falta de conhecimento sobre o sistema de garantia destes direitos.
- b) **Informação e Pesquisa** – Demandas por acesso a informações que possam complementar os serviços oferecidos pelos programas comunitários, por exemplo, sobre serviços disponíveis fora da comunidade, públicos e privados, nos campos jurídico, educacional e da saúde. Além disso, demandas por acesso à Internet e por publicações direcionadas a indivíduos com baixa escolaridade.

Com base na frequência em que as demandas foram identificadas no universo dos programas pesquisados, foram estabelecidas as prioridades a serem trabalhadas pelas intervenções de cada Pólo comunitário.

Quadro 3
Levantamento de demandas com 85 serviços
comunitários nas 3 comunidades
 (dados aleatórios)

Categorias	Demandas (falta de conhecimento sobre / acesso a)	Frequência (0 a 5 menções)
Institucional	Elaboração de Projetos de captação de recursos	5
	Estratégias para captação de recursos	4
	Procedimentos legais para criação de uma ONG	2
	Administração de recursos e prestação de contas	1
Programática	Desenvolvimento infantil	5
	Prevenção de violência intrafamiliar	3
	Prevenção de gravidez precoce	2
	Prevenção de AIDS	2
Política	Estatuto da Criança e do Adolescente	4
	Papel do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente	4
	Participação no Conselho Municipal de Saúde	3
	Convenção sobre os Direitos da Criança	1
Informação & Pesquisa	Fonte de informações sobre serviços públicos (saúde, educação)	4
	Publicações direcionadas a populações de baixa escolaridade	3
	Acesso à Internet	3
	Informativos sobre saúde e segurança pública	2

Os conhecimentos adquiridos através da pesquisa de *baseline*, do mapeamento e do levantamento de demandas dos serviços comunitários delinearão os parâmetros e o escopo das ações de fortalecimento das bases de apoio, as quais foram categorizadas em linhas de ação, com enfoques estratégicos específicos, descritas no quadro a seguir.

	Objetivos	Metodologia	Público-alvo
Fortalecimento Institucional	Fortalecer o caráter institucional das organizações comunitárias e aumentar seu potencial de sustentabilidade e expansão.	Cursos de capacitação, assessoria técnica e estímulo à promoção de parcerias estratégicas.	Técnicos e gestores de bases de apoio formais, bem como indivíduos interessados em institucionalizar serviços para crianças, adolescentes e famílias.
Capacitação Pedagógica	Ampliar o conhecimento das bases de apoio formais e informais sobre aspectos do desenvolvimento integral infantil e juvenil, com foco nos direitos da criança e do adolescente e na prevenção da violência intrafamiliar; estimular a reflexão crítica e a busca continuada por informações e habilidades nas áreas afins.	Cursos de capacitação, seminários e oficinas.	Pais e responsáveis, técnicos e gestores de serviços comunitários formais e informais, tais como professores, explicadoras, educadoras de creches, arte-educadores, profissionais de saúde e todos aqueles que realizam trabalhos diretos com crianças, adolescentes e famílias nas comunidades.

	<i>Objetivos</i>	<i>Metodologia</i>	<i>Público-alvo</i>
Prática Cidadã	Oferecer subsídios e ferramentas para o fomento das relações sociais na comunidade, estimulando o fortalecimento de redes locais e o engajamento dos moradores no desenho, implementação e fiscalização de políticas públicas locais que visem a proteção dos direitos e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.	Articulação com lideranças locais, promoção de encontros com gestores de políticas públicas, apoio a campanhas comunitárias, estímulo à participação em conselhos municipais e comunitários, implantação de ferramentas de comunicação social (elaboração de <i>press-releases</i> etc)	Lideranças comunitárias, representantes de bases formais e indivíduos interessados na promoção e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, bem como no desenvolvimento local.
Informação & Pesquisa	Oferecer acesso rápido e orientado a informações relevantes aos trabalhos das bases formais e informais, além de fazer encaminhamentos de famílias para serviços de retaguarda que atendem crianças e adolescentes, dentro e fora da comunidade.	Serviços de atendimento direto ao público da comunidade, tais como: apoio na busca de informações na Internet; orientação para a utilização do acervo do Centro de Informação; produção e distribuição local de boletins informativos; apoio na produção de materiais pedagógicos e institucionais etc.	Representantes de bases formais e informais, além de crianças, adolescentes e famílias da comunidade (ou seja, a comunidade como um todo).
Fundo comunitário	Viabilizar financeiramente a realização de pequenos projetos comunitários pelas bases de apoio e promover alianças e parcerias locais.	Inicialmente, CIESPI e Promundo avaliavam e aprovavam projetos formulados pelo Pólo em parceria com as bases. Em seguida, os próprios Pólos assumiram integralmente a gestão do fundo comunitário.	Bases de Apoio comunitárias formais e informais.

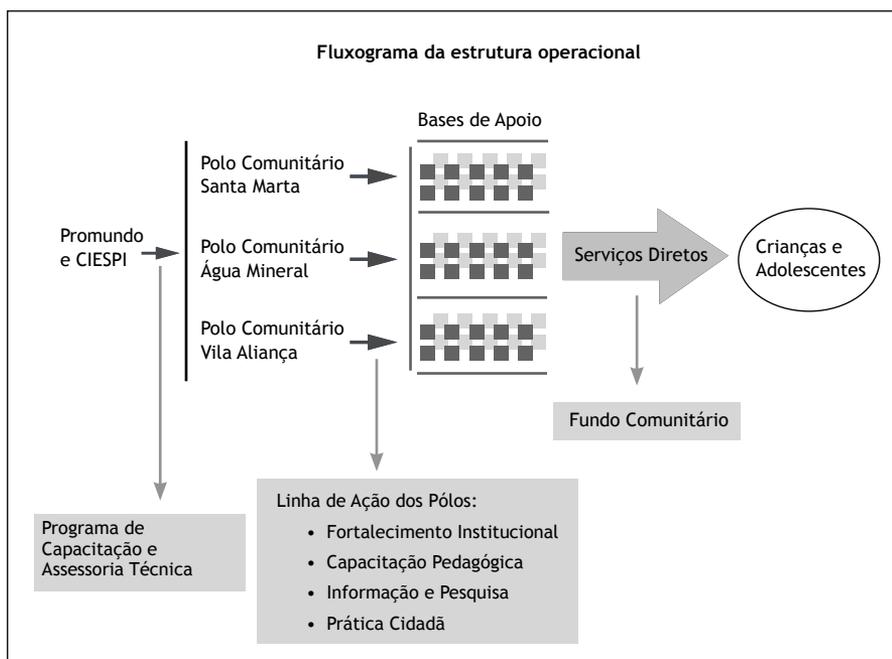


Operacionalização do programa de atividades

O programa de atividades foi estruturado visando a sustentabilidade do projeto e deveria permitir que Promundo e CIESPI deixassem de desempenhar o papel de gestores dos Pólos comunitários para gradativamente se transformarem em parceiros dos mesmos, na medida em que os Pólos alcançassem maior independência e autonomia.

Para que isso se viabilizasse, esforços foram canalizados para a capacitação técnica e formação política dos orientadores sociais em cada Pólo que, por sua vez, passaram a multiplicar, junto às bases de apoio, os conhecimentos e habilidades adquiridas segundo as linhas de ação anteriormente apresentadas.

Os beneficiários finais destas atividades são as crianças e jovens atendidos diretamente pelos serviços comunitários formais ou informais (bases de apoio).



Fundos comunitários

Os fundos comunitários são recursos financeiros disponibilizados pelos Pólos para projetos locais, apresentados mediante parcerias entre organizações de cada comunidade.

Uma das principais razões para o estabelecimento dos fundos foi a necessidade de se criar condições concretas para o desenvolvimento de ações integradas entre os programas comunitários para crianças, jovens e famílias, nas três comunidades. A gestão do fundo pelos próprios moradores através do Pólo comunitário foi

pensada como uma forma de se contribuir para o desenvolvimento local de maneira sustentável.

Com o apoio técnico e financeiro do CIESPI e do Promundo, a equipe do Pólo passou a estabelecer parcerias com os serviços formais e informais, lançar editais do fundo comunitário, selecionar os projetos, monitorar e avaliar seus resultados.

O fundo comunitário aceita, em cada comunidade, apenas propostas de projetos apresentadas em conjunto por dois ou mais programas comunitários parceiros do Pólo. Ao conceberem e realizarem esses projetos em conjunto, equipes de diversos serviços locais estabelecem entre si relações mais orgânicas, favorecendo uma visão sistêmica sobre a realidade local e o papel que desempenham em sua comunidade. É nesta rede de relacionamentos promovidos pelo fundo que surgem importantes alianças locais em torno da defesa e promoção dos direitos da criança.

Além dos serviços diretos, o fundo apóia projetos de mobilização política pelos direitos das crianças.

Exemplos de projetos apoiados pelo fundo comunitário são descritos a seguir:

Nome do Projeto	Objetivo	Público Alvo	Valor R\$
Espaço de Trocas	Troca de experiências e técnicas pedagógicas entre 18 educadoras de 4 creches e produção de cartilha com a sistematização das técnicas.	300 crianças de 0 a 6 anos de idade	1.400,00
Cidadania e Participação Mobilizadora	Treinamento para moradores em técnicas de Comunicação para negociações com o poder público sobre o processo de urbanização da comunidade.	Todos os moradores da comunidade (aproximadamente 4.500 pessoas)	400,00
Tuberculose no Ar	Mobilização dos moradores e engajamento do poder público em torno da prevenção e tratamento da tuberculose.	Todos os moradores da comunidade (aproximadamente 4.500 pessoas)	1.300,00
Ler e Aprender	Capacitação de jovens e adultos das bases de apoio em contação de histórias (oficinas de leituras para crianças e adolescentes), realizada na biblioteca comunitária.	Aproximadamente 120 crianças e adolescentes	1.200,00

Os projetos para encaminhamento ao fundo comunitário devem ser realizados em parceria por, no mínimo, dois serviços comunitários formais ou informais; beneficiar direta ou indiretamente crianças, jovens e famílias; e fortalecer o relacionamento entre os Pólos comunitários e as bases de apoio locais.

Obstáculos e desafios

- **Queixas ou demandas?** Ao realizar o levantamento de demandas, a equipe de CIESPI e Promundo e os agentes comunitários tiveram como desafio interpretar o discurso dos representantes dos serviços comunitários, traduzindo suas “queixas” em demandas específicas. Exemplo: ao visitar uma creche em Vila Aliança, os entrevistadores ouviram de suas educadoras que a maioria dos pais e responsáveis “não tinha o menor interesse” pelos problemas da creche. A dificuldade em lidar com esta situação se traduzia em demandas por ferramentas pedagógicas para o engajamento dos pais. Outro exemplo se refere ao relato de problemas de ordem financeira, o que em certa medida reflete expectativas de um tipo de ajuda de caráter assistencialista. Na visão do Bases de Apoio, a enorme carência de recursos financeiros nestas comunidades se traduzia em outros tipos de demandas, tais como: habilidades para lutar pela implantação de políticas públicas (urbanização, programas de geração de trabalho e renda, serviços de apoio às famílias, programas para a promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes etc.) e cobrar responsabilidades do setor privado; qualificação de técnicos e gestores de programas comunitários em captação e gestão de recursos financeiros, entre outros.
- **Despertando demandas ou impondo uma agenda institucional?** De forma geral, os problemas locais mais realçados pelos moradores das comunidades de Água Mineral, Santa Marta e Vila Aliança eram relacionados às questões econômicas, além de segurança pública e urbanização. Já os representantes de serviços comunitários tendiam a priorizar demandas relacionadas à educação e à saúde de forma geral, além de problemas específicos como tráfico de drogas e gravidez na adolescência. Através da pesquisa de *baseline*, CIESPI e Promundo identificaram um índice significativo de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes nas três comunidades, tendo sido reconhecida, mas não identificada pelos próprios moradores como um problema prioritário. Conseqüentemente, a prevenção da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes foi priorizada pelos executores do Bases

de Apoio, como questão imprescindível ao desenvolvimento integral de crianças e jo-vens e à garantia dos seus direitos humanos. O tema foi, por esta razão, introduzido nas comunidades pelo Promundo e pelo CIESPI de forma gradativa, por meio de oficinas, grupos focais, cursos de capacitação, publicação de materiais pedagógicos etc., como estratégia para despertar o interesse de famílias e serviços locais em discutir e enfrentar esta problemática.

- **A resistência aos recursos locais.** A cultura de não se valorizar, em certa medida, aquilo que vem da própria comunidade, representou um grande desafio à missão dos Pólos comunitários. Na visão de parte das bases de apoio locais, os orientadores sociais dos Pólos, também moradores de suas comunidades, não teriam condições de capacitar e assessorar tecnicamente as suas iniciativas. Esta resistência inicial foi sendo vencida gradualmente. À medida que os orientadores sociais participavam do programa de capacitação e assessoria técnica, passavam a adquirir a autoconfiança necessária para desempenhar o papel de multiplicadores junto às bases de apoio. O fundo comunitário também serviu para promover uma aproximação dos serviços locais aos Pólos. Em busca de recursos financeiros, eles descobriram nos Pólos uma gama de outras possibilidades, técnicas e políticas, disponibilizadas pelos orientadores sociais.

Lições aprendidas

- **Com a estruturação do programa de atividades em linhas de ação, todos os envolvidos, principalmente os próprios moradores das comunidades, passaram a compreender melhor os objetivos do projeto Bases de Apoio.** A visualização de ações concretas possibilitou ainda a realização de planejamentos de médio prazo, a promoção do engajamento de novos parceiros locais e melhor compreensão sobre o papel dos coordenadores dos Pólos e de seus orientadores sociais.

“Algumas pessoas diziam ‘ainda não entendo como é esse projeto...’ No início foi difícil explicar como é o trabalho. Agora não, agora (após o desenvolvimento das linhas de ação) está mais claro. O projeto está dando muito certo porque as pessoas entendem que o projeto é sério...”

(orientadora social, Água Mineral).

“As pessoas têm problemas em entender o que significa o projeto. Muitas pessoas vão ao Pólo procurando alguma informação, Internet, ver um livro... não entendem que o Pólo está aí para fortalecer o que já está acontecendo... nosso plano de ação está sendo muito apoiar o que existe... acho que as pessoas estão começando a entender o que é o projeto... de ver a integração entre o que já existe... de entender para que serve o conselho comunitário... esta integração está acontecendo”.

(coordenadora de Pólo, Bangu).

- **Enquanto a segmentação dos orientadores sociais em diferentes linhas de ação se propôs a ajudar na definição de papéis, foi importante considerar-se a hipótese de isolamento dos membros da equipe local.** Construíram-se então estratégias na tentativa de fortalecer a unidade do grupo em cada Pólo comunitário: elaboração de relatórios mensais de atividades, destacando-se as estratégias, ações e resultados de cada linha de ação; realização de reuniões semanais com toda a equipe; utilização de quadros de aviso no Pólo; organização de eventos de confraternização; realização de projetos e atividades conjuntas, entre outros.
- **A boa performance de cada orientador social, bem como a do coordenador de cada Pólo, foi determinada por alguns fatores, entre eles:** a) adequação do seu perfil à função assumida; b) disponibilidade (física, emocional e política) para realização dos trabalhos; c) capacidade para adquirir e transmitir conhecimentos técnicos; d) habilidade de articular e mobilizar pessoas; e) compromisso com a causa, entre outras.

Desenvolvendo o programa de atividades

Desenho de estratégias e planos de ação

Com base nas metas propostas às organizações patrocinadoras do Bases de Apoio (descritas na introdução desta publicação), a equipe técnica montou estratégias para sua atuação, definiu os indicadores e os meios de verificação dos resultados esperados, distribuiu funções específicas entre seus membros e estipulou um cronograma anual de atividades. A fim de sistematizar os dados e possibilitar a futura avaliação do projeto, foram utilizados formulários que relacionavam cada atividade programada aos objetivos do projeto.

O plano de ação da equipe técnica foi apresentado no início de 2004 e discutido com os Pólos comunitários e o Conselho Comunitário. Em seguida, cada coordenador de Pólo foi orientado a montar, em conjunto com os orientadores sociais, as estratégias de atuação e o plano de ação em sua comunidade.

O planejamento proposto pela equipe técnica serviu aos coordenadores dos Pólos apenas como uma referência para a definição de um conjunto de atividades adequadas às suas realidades locais. É importante observar que o processo de planejamento de atividades em longo prazo, por ser novo para todos os membros da comunidade, apresentou-lhes inúmeros desafios.

Com o objetivo de otimizar sua capacidade de promover o fortalecimento das bases de apoio locais, os Pólos foram orientados a não pulverizar suas ações ou buscar endereçar todas as demandas ou serviços levantados pelo mapeamento. Assim, cada Pólo direcionou seus esforços a um número limitado de bases de apoio, priorizando aquelas politicamente mais próximas e possibilitando parcerias mais sólidas.

Além de pré-definir nominalmente os serviços comunitários com os quais gostariam de firmar parcerias, os Pólos planejaram a distribuição da carga horária mensal de seus orientadores sociais de acordo com o tipo de atividade prevista no plano de ação, tais como: prestação de serviços às bases de apoio (assessoria, treinamento, atendimento etc.); reunião geral; manutenção do Pólo; capacitação e assessoria técnica oferecidas pela equipe técnica do Promundo e do CIESPI; estudo e pesquisa; e visitas às bases de apoio.

Desenhando e implantando estratégias de sustentabilidade.

A participação comunitária é um dos princípios que norteiam a metodologia adotada pelo Bases de Apoio. O engajamento dos próprios moradores como protagonistas das atividades desenvolvidas representa também uma estratégia para viabilizar a sustentabilidade da iniciativa em longo prazo, valorizando as competências comunitárias para a auto-gestão.

No desenho da estratégia de atuação local, o Pólo comunitário aparece como interface entre a comunidade e as instituições CIESPI e Promundo, favorecendo uma relação de troca de conhecimentos e de cooperação entre a comunidade e estes atores externos. Gradativamente, o Pólo assume vida própria e cria estratégias para conquistar sua autonomia e sustentabilidade. Dessa forma, a permanência nas comunidades de um Pólo atuante e identificado com os objetivos do Bases de Apoio é um indicador de sucesso da iniciativa e do grau de engajamento das bases de apoio nas ações do Pólo.

A Fase III (estratégias de sustentabilidade) do projeto Bases de Apoio, iniciada em meados de 2005 e com duração prevista de 2 anos, prevê mudanças nos papéis de Promundo e CIESPI, tornando mais horizontal sua relação com os Pólos comunitários e conferindo-lhes maior autonomia administrativa, programática e financeira.

Enquanto na Fase II (desenhando uma abordagem de intervenção) grande parte do tempo foi investida na criação de uma estrutura operacional necessária para a intervenção (pesquisa de base, mapeamento, organização dos Pólos, início da capacitação dos orientadores sociais, estabelecimento de alianças locais, realização das primeiras capacitações para as bases de apoio locais), na Fase III a ênfase passou a ser no desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade. Promundo e CIESPI iniciaram nesta fase um programa intensivo de capacitação e assessoria técnica com a equipe dos Pólos, a fim de expandir suas capacidades de gestão organizacional e programática.

Na Fase III, os Pólos comunitários passaram a permitir que os serviços locais parceiros participem mais diretamente do desenho, implementação e avaliação das atividades do projeto. Além disso, cada Pólo tem como objetivo formar um conselho comunitário, compreendendo os líderes comunitários e os representantes-chave das organizações locais parceiras, para funcionar como um conselho de diretores que lhe confira mais legitimidade para o funcionamento em longo prazo.

Durante a avaliação de impacto da Fase II, as equipes dos Pólos comunitários reivindicaram opinar sobre definição dos tipos de capacitação dos quais deveriam participar a partir da Fase III. A participação direta dos orientadores sociais dos Pólos no desenvolvimento do currículo foi acatada, e contribuiu para assegurar que as demandas específicas de suas comunidades fossem mais amplamente contempladas. Além disso, os orientadores passaram a se familiarizar com o desenvolvimento de materiais de capacitação, como apostilas, manuais, folhetos, etc., que lhes seriam úteis nos treinamentos oferecidos às bases de apoio.

Após a assessoria técnica e capacitações a serem realizadas ao longo da Fase III, os Pólos comunitários deverão estar aptos a: 1) fortalecer parcerias com os serviços locais, redes e famílias; 2) desenvolver programas de capacitação e assessoria técnica; 3) implementar parcerias com outras organizações não-governamentais (ONGs) e organizações governamentais (OGs); 4) captar recursos adicionais para o desenvolvimento de projetos e pagamento das despesas operacionais; e 5) incidir em políticas públicas locais para crianças e famílias.

Assim, os indicadores para a avaliação de impacto desta fase do projeto deverão incluir: 1) número e tipos de parcerias realizadas pelos Pólos com os serviços locais, outras ONGs, OGs; 2) número de famílias beneficiadas e seu nível de satisfação com as estratégias e atividades dos Pólos; 3) o volume de recursos captados pelos Pólos; 3) o nível de envolvimento dos Pólos no desenvolvimento e monitoramento das políticas locais.

Obstáculos e desafios

- **Autonomia desde o começo?** No início de um projeto, o poder decisório cabe sempre à ONG que obteve o patrocínio para realizá-lo. Entretanto, podem ser criadas estratégias para democratizar e ampliar as decisões, como foi feito através da criação do conselho comunitário.
- **Hierarquia X Autonomia:** A partir da Fase III, o CIESPI e o Promundo mantêm uma relação de parceria com os Pólos, mas ainda com maior poder de decisão por parte da equipe técnica. É esperado que esta relação hierárquica mude a partir do momento em que os Pólos possuam seus próprios CNPJs ou construam outras formas para captar os seus próprios recursos.
- **Criação de “mais uma” estrutura dentro da comunidade.** A formalização de uma organização, a partir da constituição de uma figura jurídica, pode acirrar competições em cenários extremamente desprovidos de recursos. Assim, o Pólo deve estudar, junto a seus parceiros, formas de captação de recursos conjunta.

Lições aprendidas

- **Os coordenadores de Pólo devem ter clareza quanto ao seu poder de decisão e de como poderão exercê-lo desde o início do projeto,** quando é esperado que a equipe técnica tenha maior poder de decisão. Isso deve ser feito cuidadosamente, de forma a não desautorizar o coordenador perante os orientadores sociais que lhe são subordinados.
- **No início da Fase II do projeto, a equipe técnica era responsável pelo planejamento financeiro, pagamento e prestação de contas.** Posteriormente, comissões foram formadas entre os orientadores sociais, na tentativa de incentivar o início da autogestão dos Pólos. Nessa etapa, foi importante definir um responsável por cada tarefa, pois a responsabilidade compartilhada entre orientadores poderia ter gerado conflitos e mal-entendidos.
- **Cabe à equipe técnica assessorar os coordenadores e orientadores na construção de instrumentos de fácil manejo e aplicabilidade.**

CAPÍTULO 3

As comunidades três anos depois: resultados da avaliação de impacto da fase II

Estruturando a avaliação de impacto

Ao longo desta publicação, foram apresentadas reflexões da equipe sobre o desenvolvimento do projeto. Para se ter uma noção do impacto do projeto na comunidade, foi realizada uma avaliação quantitativa e qualitativa das atividades empreendidas junto às famílias e programas comunitários que interagiram com o projeto. Não foram coletados dados sobre o impacto direto em crianças e jovens, visto que o público alvo do projeto são as bases de apoio da comunidade. O público da avaliação, portanto, foram os pais, adultos e responsáveis pelas crianças, os programas que foram engajados e a própria equipe do projeto. Para ter uma visão externa do processo e do impacto, a avaliação foi realizada por técnicos na área de pesquisa e avaliação do Promundo e que não estiveram envolvidos na implementação do projeto.

Os indicadores de impacto utilizados foram:

- Com que frequência os membros da comunidade (pais) ouviram falar da iniciativa?
- Nível de participação nas atividades relacionadas à iniciativa.
- Até que ponto falou-se com outras pessoas a respeito das atividades ou da iniciativa?
- Nível de aproveitamento e compreensão sobre os temas tratados, considerando-se as famílias que participaram diretamente das atividades do projeto.
- Até que ponto representantes de serviços locais avaliam que o projeto fez diferença em seu trabalho e em suas organizações?
- Efetividade do projeto na promoção de mudanças positivas segundo os pais, responsáveis, organizações participantes e a própria equipe.

A investigação destas questões foi estruturada conforme o quadro a seguir:

Quadro 4		
Processo e Desenho da Avaliação de Impacto da Fase II do Projeto		
Atores-chave	O que foi medido?	Como foi medido?
1. Comunidade	Conhecimento sobre os temas trabalhados pelo projeto, uso e conhecimento de serviços locais voltados a crianças e adolescentes.	500 questionários (200 em Santa Marta e Bangu e 100 em Água Mineral) aplicados aleatoriamente com moradores adultos (pais, mães ou responsáveis) em espaços públicos da comunidade. Avaliação quantitativa.
	Impacto das capacitações oferecidas para as famílias.	2 grupos focais em cada comunidade. Avaliação qualitativa.
2. Serviços Comunitários Formais e Informais (SCFI) para Crianças, Adolescentes e Famílias	Fortalecimento dos serviços formais e informais (elaboração de projetos sociais, captação de recursos, acesso a informações, formação de redes locais, participação em mobilizações por direitos das crianças e adolescentes, conhecimento sobre desenvolvimento infantil, e prevenção de violência intrafamiliar)	Questionários preenchidos por todos os participantes do SCFI. Avaliação quantitativa e qualitativa.
		Em cada comunidade, entrevistas com representantes de 5 bases de apoio que participaram das capacitações e /ou enviaram projetos ao fundo comunitário, utilizando o seguinte critério: 3 SCFIs com maior participação 2 SCFIs com menor participação. Avaliação qualitativa.
3. Pólos comunitários	Visão dos Pólos sobre o impacto do projeto em suas comunidades e o relacionamento destes com o Promundo e o CIESPI.	Entrevistas em profundidade com os coordenadores dos Pólos (em conjunto) Avaliação qualitativa.
		1 grupo focal por Pólo com os respectivos orientadores sociais. Avaliação qualitativa.

Resultados da avaliação de impacto

Conhecimento sobre o projeto

O próximo quadro indica um nível importante de familiarização com o projeto nas comunidades, ou seja, o projeto tal como construído e implementado foi reconhecido ou conhecido por um número importante de moradores das comunidades. Também, a partir da pesquisa qualitativa, pôde-se observar que o nível de compreensão do projeto também aumentou. Primeiramente, as famílias e os funcionários das bases de apoio imaginaram que o projeto seria apenas outra fonte de serviços para crianças e jovens. Após esforços de esclarecimento e divulgação da função dos Pólos, a percepção passou a corresponder à real função de disseminação de informações e fortalecimento das bases de apoio para crianças e adolescentes na comunidade.

Quadro 5
Número de pessoas que já ouviram falar do projeto ou dos Pólos comunitários

	Localidade			Total
	Água Mineral	Bangu	Santa Marta	
sim	45	46	63	154
	45,0%	23,0%	31,5%	30,8%
nao	55	154	137	346
	55%	77%	39%	69%
total	100	200	200	500
	100%	100%	100%	100%

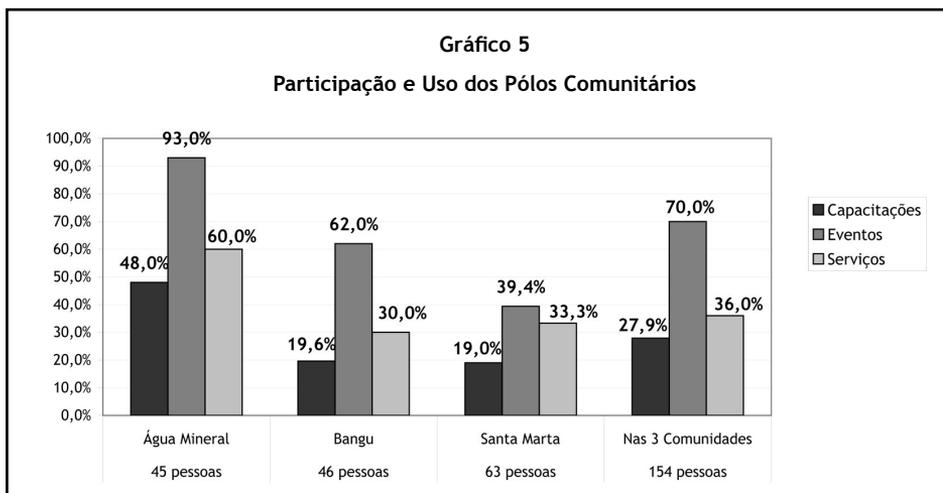
Também foi perguntado aos pais e adultos em geral como ficaram sabendo a respeito do projeto. A grande maioria ouviu falar sobre ele por meio dos amigos, familiares e vizinhos (ver tabela abaixo). Isso sugere que os membros da comunidade consideraram o projeto relevante o bastante para mencioná-lo a outras pessoas.

Quadro 6
Como ficaram sabendo do projeto ou dos Pólos comunitários (n=154)

Como ficou sabendo	Água Mineral	Bangu	Santa Marta
Pessoas da minha família	19	8	16
	42,9%	17,0%	25,4%
Amigos	33	28	44
	73,3%	59,6%	69,8%
Publicações (panfletos, jornais, etc.)	23	11	1
	51,1%	23,4%	1,6%
Igreja	3	3	6
	6,7%	6,4%	9,5%
ONG na comunidade	10	4	1
	22,2%	8,5%	1,6%

Participação da família em atividades do projeto

Também foi perguntado aos membros das famílias (pais / responsáveis) se eles próprios ou alguém de suas famílias havia participado de atividades relacionadas às bases de apoio do projeto e, em caso positivo, de quais atividades. Como é possível que uma mesma pessoa possa participar de várias atividades, as porcentagens no gráfico a seguir podem passar os 100%. Nas três comunidades, um grande número de pais e responsáveis participou dos eventos organizados pelo projeto, tais como mobilizações, marchas, petições, seminários e reuniões sobre temas relacionados às crianças e aos seus direitos.



- Capacitações: cursos e workshops sobre desenvolvimento infanto-juvenil, direitos das crianças e prevenção da violência.
- Eventos: mobilizações, petições, encontros da comunidade, seminários e reuniões.
- Serviços: serviços de referência, utilização do computador (acesso à Internet) e biblioteca.

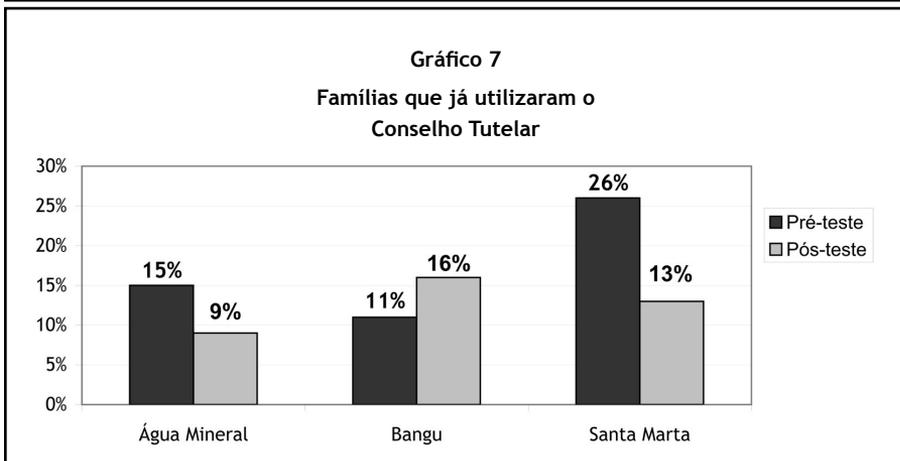
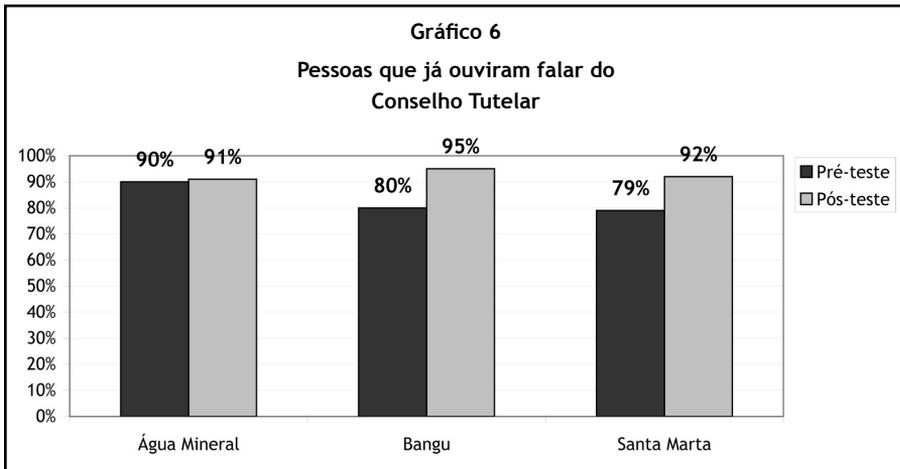
Impressões sobre as atividades do projeto e do treinamento

Ao todo, 43 dos 500 pais entrevistados (selecionados aleatoriamente) nas três comunidades participaram de capacitações organizadas pelo projeto (sobre direitos das crianças, desenvolvimento infantil, violência familiar e outros temas). Desses, cerca de 70% disseram que tinham comentado com um amigo ou com algum conhecido a respeito destas atividades. Em duas discussões em grupos focais com pais que participaram de capacitações, eles elogiaram a escolha dos temas e a qualidade dos treinamentos e dos workshops. Os temas mais lembrados pelos participantes foram contação de história e prevenção da violência, e todos os participantes sugeriram a realização de mais seminários e workshops nas comunidades. Segundo a maioria dos participantes, as contribuições mais importantes do projeto Bases de Apoio para suas comunidades foram os cursos, seminários e workshops sobre desenvolvimento infantil, além do estímulo à mobilização social pelos direitos das crianças e jovens no âmbito da comunidade.

Em entrevistas qualitativas (grupos focais) com pais, a maioria dos participantes afirmou que o projeto promoveu relações novas e produtivas entre os serviços locais, ao estimular atitudes de colaboração entre os serviços oferecidos, ao invés de competição.

Conhecimento e uso dos serviços da comunidade e de outros serviços para crianças e jovens

Devido à importância dos direitos das crianças no projeto, e dado que o principal recurso público ou serviço de acesso e proteção aos direitos das crianças é o Conselho Tutelar, foi perguntado aos pais e responsáveis se sabiam onde ficava o mais próximo e se já tinham usado este serviço. O quadro a seguir indica um pequeno aumento de conscientização a respeito dos conselhos, mas uma mistura de tendências quanto à utilização deles.



É possível que algumas famílias, após recorrerem ao Conselho Tutelar uma primeira vez, tenham se dado conta de que podem obter serviços para suas crianças de maneira mais eficiente. Variações de opiniões quanto aos Conselhos Tutelares podem também refletir diferenças na qualidade e nível de atenção oferecidos nos diferentes bairros e locais nas cidades.

É importante destacar que o treinamento para os orientadores sociais e para os serviços existentes incluiu uma visita ao Conselho Tutelar das respectivas comunidades. Os resultados da avaliação de impacto sugerem que o projeto contribuiu

para aumentar o nível de familiaridade com o trabalho dos conselhos, mas que este conhecimento – dependendo da qualidade dos conselhos e de sua capacidade de ir de encontro às necessidades das famílias – nem sempre leva ao aumento de sua utilização.

Percepções das equipes das bases existentes ou serviços para crianças e jovens

Nas três comunidades, alguns representantes das bases de apoio afirmaram que o fato de conhecer os coordenadores dos pólos comunitários ajudou a diminuir a “resistência” ao projeto. Outros membros do quadro de pessoal elogiaram o mapa e a lista de serviços que foi amplamente difundida nas três comunidades. Os membros das bases afirmaram que os pólos e as atividades realizadas pelo projeto os ajudaram a conhecer melhor os outros serviços em suas próprias comunidades

As bases de apoio elogiaram o fundo comunitário pelo fato de ter contribuído para o processo de integração entre elas, através de parcerias formais e informais, alianças institucionais, laços de amizade e ação coletiva.

Um número significativo de membros das bases de apoio também afirmou que o projeto lhes proporcionou novas habilidades para seu trabalho com crianças, jovens e famílias, além de ter aumentado seu conhecimento sobre o desenvolvimento de crianças e jovens. A maioria dos representantes das bases de apoio elogiou os cursos e a assessoria técnica relacionados à captação de recursos promovidos pelos Pólos comunitários, particularmente o treinamento relacionado à elaboração de propostas de financiamento.

Percepções das equipes dos Pólos

A fim de diminuir o potencial de influências inapropriadas, as entrevistas com as equipes dos pólos foram realizadas por técnicos do Promundo e CIESPI não estava m envolvidos diretamente com o Projeto Bases.

Os agentes comunitários das três comunidades afirmaram acreditar que os Pólos se tornaram referência para as bases de apoio em suas respectivas comunidades e que lograram criar uma plataforma para a comunicação e articulação entre as bases que trabalham com crianças, jovens, e famílias em cada localidade. Foram quase unânimes em afirmar que a implementação do Fundo Comunitário contribuiu imensamente para a criação de sinergia e cooperação entre as bases e os pólos, além de ter permitido um monitoramento mais próximo das atividades do projeto pelos pólos.

As equipes dos Pólos mostraram concordância com o direcionamento do trabalho para o fortalecimento das bases de apoio. Entretanto, apontaram para a necessidade de engajar ainda mais os jovens nas atividades dos Pólos, em função da crescente demanda nestas comunidades por oportunidades em programas educacionais.

Os agentes comunitários reconheceram que os programas de capacitação e de assessoria técnica oferecidos pelo Promundo e pelo CIESPI permitiram que eles adquirissem conhecimento acerca dos temas do projeto, tendo-os ajudado a tornarem-se referências importantes em suas comunidades. Os coordenadores dos Pólos e os orientadores sociais indicaram a necessidade de melhorar seu relacionamento com as equipes do Promundo e do CIESPI. Também demonstraram insatisfação com o excesso de burocracia e com a falta de acesso aos níveis mais altos da coordenação do projeto, além de problemas de comunicação.

Finalmente, as equipes dos pólos expressaram opiniões divergentes em relação ao nível de impacto que seu trabalho tenha alcançado com as bases de apoio. No entanto, houve uma percepção comum de que o trabalho com as famílias tenha atingido um impacto mais visível e imediato do que o trabalho com os grupos e organizações comunitárias. Em certo sentido, perceberam que foram mais respeitados e apreciados em suas comunidades ao realizar atividades diretamente com as famílias do que ao exercer as funções de mobilização da comunidade, advocacy e treinamento das bases. Essa percepção suscita o questionamento sobre a possibilidade de os Pólos tornarem-se prestadores diretos de serviços ou continuarem a expandir suas atividades atuais diretamente com as famílias – o que chegou a ser cogitado no início do projeto. Embora o Promundo e o CIESPI sugiram que os Pólos devam continuar a trabalhar para fortalecer os recursos existentes, ao invés de duplicar esforços ou concorrer com os programas locais, são as próprias comunidades e os Pólos que vão decidir sobre o direcionamento do projeto nos próximos anos.

Recomendações e necessidades não atendidas

Está claro que os três anos de atividades do projeto não deram conta de numerosas necessidades e deficiências dos serviços para crianças e jovens nessas comunidades. Assim, foi solicitado tanto aos pais quanto às bases de apoio que fizessem sugestões para melhorar ou ampliar o alcance das ações do projeto. Pais entrevistados sugeriram o uso de mais recursos para aumentar ainda mais a visibilidade do projeto Bases de Apoio e dos Pólos comunitários nas respectivas comunidades e assim permitir que o projeto se torne a principal referência na comunidade para questões relacionadas às crianças e jovens.

Quanto às necessidades não atendidas para seus filhos, os pais reafirmaram a necessidade de serviços diretos para jovens, relacionados à capacitação profissionalizante. Em vários momentos do projeto, a principal preocupação das famílias em relação aos adolescentes foi com o desemprego e ausência de renda¹³.

13 - O CIESPI iniciou em 2006, com o apoio da FINEP, um projeto que visa identificar e analisar estratégias de Desenvolvimento Econômico Comunitário voltadas para a integração de jovens ao mercado de trabalho. Este projeto fornecerá subsídios em diferentes âmbitos para a formulação de políticas públicas mais eficazes nesta área..

Reflexões finais e conclusões

O projeto Bases de Apoio está em andamento e os resultados duradouros somente poderão ser analisados dentro de alguns anos. Entretanto, com base na experiência desenvolvida nos últimos cinco anos, temos razões para nos sentir otimistas. Ao mesmo tempo, reconhecemos que existem desafios quanto aos resultados apresentados até agora. O mapeamento de iniciativas no nível comunitário, em pelo menos duas das três comunidades que participam do projeto, demonstrou o caráter provisório dos serviços e programas oferecidos. No decorrer da última década, muitas iniciativas começaram e terminaram por diversos motivos: os patrocinadores modificaram as suas prioridades; as organizações passaram por mudanças em seu quadro de funcionários, e novos indivíduos e instituições surgiram nas comunidades. O mesmo ocorre com as iniciativas governamentais nos níveis estadual e municipal. Algumas dessas iniciativas, como os projetos de urbanização em Santa Marta e Bangu, apresentaram resultados visíveis. Em outros casos, ocorreu justamente o oposto, ou seja, obras foram iniciadas e posteriormente abandonadas.

Quanto às iniciativas destinadas às crianças e aos jovens, existe um número significativo de serviços e programas nas três comunidades onde o projeto está sendo realizado, as quais estão em andamento há pelo menos dez anos. É interessante notar que muitas destas iniciativas estão vinculadas a grupos religiosos, e apresentam as seguintes características: sentido de compromisso social, apoio de membros da comunidade e projetos de longo-prazo, fator essencial para assegurar que os serviços destinados para crianças e adolescentes consigam responder às demandas específicas desta população.

Ao refletirmos sobre nossa experiência, várias questões importantes foram suscitadas. As iniciativas, em especial os Pólos Comunitários e as redes de serviço para crianças e jovens, irão durar por um longo tempo? Os Pólos comunitários irão ganhar autonomia e demonstrarão qual é o seu papel na comunidade? E o que estão fazendo efetivamente para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos para crianças e jovens? Será que as ações terão continuidade quando o projeto acabar?

Os serviços e programas destinados a crianças e jovens não precisam ter um caráter permanente para apresentar resultados positivos. É importante notar, no entanto, que as necessidades e demandas mudam com o tempo. Há quinze anos atrás, por exemplo, aprender a utilizar um computador e a Internet não eram prioridades. Vimos que conforme a realidade se modifica, o mesmo ocorrerá com os serviços e as iniciativas.

No entanto, a história dos serviços e projetos para crianças e jovens nestas comunidades revela que, com frequência, eles têm vida curta. Isso se dá, às vezes, em função da falta de compromisso público e de recursos, muitas vezes limitados a apenas algumas etapas do projeto. Outro dado relevante é a mudança de prioridades por parte dos órgãos públicos, o que pode ocorrer por motivações eleitoreiras.

O Projeto Bases de Apoio tem como proposta principal ir além desse paradigma. Ele parte do pressuposto de que os serviços que funcionam como bases de apoio

para crianças e jovens constituem um direito fundamental e devem ter um caráter de colaboração e cooperação, ao invés de trabalharem de forma isolada. A proposta não é de fusão dos serviços e programas existentes, mas sim criar mecanismos de comunicação e articulação entre as iniciativas por meio de encontros periódicos, visando maximizar a utilização dos recursos disponíveis. A idéia é que, ao unirem suas vozes, possam aumentar o seu poder de pressão nas negociações e reivindicações junto ao poder público. A meta é aumentar as capacidades e habilidades das organizações na administração dos recursos, profissionalização das equipes e dos voluntários e identificar novas fontes de financiamento.

Os resultados preliminares do projeto Bases sugerem que o seu sucesso em longo prazo está relacionado aos seguintes fatores:

- Os Pólos comunitários precisam ser relevantes para as comunidades e demonstrar que o são;
- O tipo de liderança exercida pelos coordenadores e equipe dos Pólos comunitários. Mais especificamente, na sua capacidade de engajar a comunidade, administrar conflitos, tensões e a competição por recursos limitados. Esse aspecto é fundamental para a sustentabilidade dos Pólos em longo prazo;
- O interesse e boa-vontade das bases de apoio locais. Os Pólos só poderão existir e serem úteis caso estejam conectados ao conjunto de bases de apoio existentes, e podendo contar com o comprometimento delas. Além disso, os Pólos dependem da possibilidade de articulação entre essas bases de apoio;
- A participação de crianças, jovens e suas famílias. Enquanto os Pólos trabalham mais diretamente com os prestadores de serviço na comunidade, eles necessitam conquistar o reconhecimento de famílias, crianças e jovens da comunidade. Os Pólos precisam, portanto, estar também em contato direto com o público-alvo dos prestadores de serviços para que possam demonstrar a sua relevância.

Nós não podemos garantir o sucesso em longo prazo da rede de serviços para crianças e jovens, já que não podemos prever quais serão as mudanças nos cenários político e social, ou mesmo identificar de antemão quais serão as prioridades estabelecidas pelos financiadores. Não podemos prever também a mudança na equipe de realização do projeto. Mas sabemos que um dos principais desafios é assegurar o pagamento de salários para que os profissionais possam estar comprometidos por um período de tempo suficiente para execução das tarefas e aprimoramento dos Pólos. Nós terminamos esta etapa do projeto com a convicção de que a promoção e a defesa dos direitos da criança significam investir no presente e no futuro, por meio da viabilização da sustentabilidade dos programas e serviços cruciais ao seu desenvolvimento, além do fortalecimento de redes que possibilitem às comunidades ocuparem de fato os espaços onde as políticas públicas são constituídas.

Refletindo sobre os últimos cinco anos nós percebemos nosso trabalho como investindo na “contra-cultura” das iniciativas para crianças e jovens. Ao invés de focarmos na criança como “risco” ou “em situação de risco”, optamos por enfatizar

seus direitos fundamentais, a colaboração entre os programas existentes e a promoção de projetos de longo prazo ao invés dos de curta duração (em média de um a dois anos). A idéia de “contra-cultura” é porque se coloca contra a natureza dos programas para a infância que competem entre si e buscam demonstrar qual proposta é a mais relevante. Vai de encontro também à forma pela qual as políticas públicas são delineadas – comprometidas com vinculações partidárias e de curto-prazo. Nós apostamos na colaboração.

Acreditamos no projeto Bases de Apoio como um conceito e estratégia de ação, que cria uma abordagem para os serviços e iniciativas para crianças, organizados e administrados pela comunidade, e unindo o conjunto de serviços existentes. Trabalhar juntos – em colaboração democrática e participativa – é uma estratégia de trabalho desafiadora no campo dos serviços públicos, quiçá até mesmo no nível das relações humanas. Nós podemos afirmar que fomos bem sucedidos, mas aprendemos muitas lições ao longo do caminho e esperamos que esse aprendizado possa ser útil para outros sonhadores, como nós, que buscam criar e sustentar redes de serviços que são de direito para crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOWLBY, John. A secure base. Parent-child attachment and healthy human development. Cambridge: Basic Books, 1988.

BRONFENBRENNER, Urie. The ecology of human development. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

COLEMAN, J. Social Capital in the Creation of Human Capital. American Journal of Sociology, 1988.

DE FRANCO, Augusto. Carta DLIS 56, 2004.

ERIKSON, Erik. Infância e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

RHAMAS/IPAS - Redes Humanizadas de Atendimento às Mulheres Agredidas Sexualmente. Porque atender em redes: papel das redes sociais primárias, secundárias e intermediárias frente a violência contra a mulher. (<http://www.ipas.org.br/rhamas/index.html> - consulta em 04/06/2005).

RIZZINI, Irene, BARKER, Gary. Repensando o desenvolvimento infantil no contexto de pobreza no Brasil. O Social em Questão. Revista do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Ano VI, N.o. 7. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2002.

RIZZINI, Irene, BARKER, Gary, CASSANIGA, Neide. Criança não é risco, é oportunidade. Fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: EDUSU, 2000.

RIZZINI, Irene, BARKER, Gary, CASSANIGA, Neide. From street children to all children. Improving the opportunities for low income children and youth in Brazil. In: Wilson, Julius W., Tienda, Martha (Eds). Youth in cities. Cambridge University Press, 2002.

PUTNAM, R., LEONARDI, R., e NANETTI, R. Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy, 1993.

GLOSSÁRIO

- Agentes comunitários – Refere-se a todos os membros da comunidade que atuam no projeto. Ao longo do processo, optou-se por adotar nas comunidades as denominações específicas relacionadas às funções dos agentes comunitários no Pólo: “coordenador de Pólo” e “orientadores sociais”, devido à utilização da denominação “agentes comunitários” por outro projeto social em uma das comunidades.
- *Baseline* – O mesmo que pesquisa de linha de base. Pesquisa anterior à intervenção realizada pela equipe técnica e membros da comunidade, mapeando aspectos estruturais e relacionais de cada localidade, por meio de questionários e grupos focais.
- Bases de apoio - Elementos fundamentais que compõem os alicerces do desenvolvimento integral da criança e do jovem. São recursos familiares e comunitários que promovem a educação, além de lhes oferecer segurança física e emocional. Estes recursos podem ser formais (creches, escolas, oportunidades recreativas e programas de saúde), e informais (a família nuclear e estendida e vínculos de afinidade, disponíveis na própria comunidade).
- Capital social – Recurso produzido e reproduzido em redes de relacionamentos entre pessoas que se congregam em torno de valores e objetivos comuns. Fortalece o tecido social de uma dada coletividade, ampliando suas potencialidades para o desenvolvimento sustentado.
- Conselhos comunitários – Fórum informal e consultivo de líderes, educadores, artistas e gestores de serviços comunitários para crianças, jovens e famílias. Decide ações, avalia atividades e programas.
- Equipe técnica – Equipe formada por profissionais do CIESPI/PROMUNDO que atuam no projeto como assessores técnicos das equipes dos Pólos.
- Fundo Comunitário – Pequenos recursos financeiros disponibilizados para projetos apresentados mediante parceria entre grupos/organizações de cada comunidade e o Pólo.
- Linhas de ação – Compõem a estrutura programática que inclui capacitações e assessorias ministradas pela equipe técnica para os agentes comunitários que, por sua vez, são replicadas para as bases de apoio em suas respectivas comunidades.
- Mapeamento de bases de apoio – Pesquisa de identificação das iniciativas formais e informais de atendimento à infância e adolescência nas três comunidades, visando a confecção de mapas com um diretório destas iniciativas locais.
- Orientadores sociais – Moradores da comunidade que foram contratados

inicialmente para trabalhar na pesquisa de *baseline* e posteriormente, treinados e capacitados para desenvolverem e implementarem, a partir dos Pólos comunitários, o plano de ação do projeto em suas respectivas comunidades.

- Parceiros locais – Pessoas e organizações de cada comunidade que apóiam ou atuam junto ao projeto Bases de Apoio.
- Pólos comunitários – Espaço comunitário onde se desenvolvem as atividades do projeto Bases de Apoio.

ANEXOS

Perfil das comunidades

Água Mineral

- 4.000 habitantes*; população de baixa renda; taxa de alfabetização de 88%.
- Aproximadamente 1.200 crianças e jovens entre 0 e 18 anos.
- 20 grupos, organizações ou serviços para crianças e adolescentes, sendo:
 - 2 iniciativas governamentais e 18 não-governamentais.
 - 7 bases de apoio formais e 13 informais.

(*Dados da Associação de Moradores de Água Mineral - AMAM)

A vinte e três quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, Água Mineral não é um bairro formal, mas uma comunidade formada pela interseção de partes dos bairros do Rocha, Colubandê e Galo Branco, todos do 1º distrito do município de São Gonçalo.

A região é um vale cujas encostas são áreas de proteção ambiental e abrigam um horto da prefeitura. A maioria das ruas secundárias é de chão batido, sem obras de saneamento básico. Conseqüentemente, seus moradores ainda têm que conviver com valas de escoamento de esgoto a céu aberto. Água Mineral ainda sofre com a falta de infra-estrutura urbana, destacando-se o baixo índice de oferta de serviços sociais e culturais, o transporte público deficitário e a inexistência de uma creche sequer na comunidade.

Vila e Nova Aliança

- Duas comunidades que congregam cerca de 22.000 habitantes;
- Aproximadamente 8.000 crianças e jovens entre 0 e 18 anos;
- 53 grupos, organizações ou serviços voltados à crianças e adolescentes na comunidade, sendo:
 - 20 iniciativas governamentais e 33 não governamentais;
 - 41 bases de apoio formais e 12 informais

Vila e Nova Aliança são duas comunidades da Zona Oeste do Rio que fazem parte do bairro de Bangu.

A comunidade Vila Aliança¹⁴ foi construída em um dos terrenos da fábrica Bangu, com a finalidade inicial de abrigar seus operários. Toda a vida social, cultural e econômica de Bangu girava em torno da fábrica de tecidos. A partir da década de 80, a fábrica entrou em decadência, tendo-se agravado a pobreza e as dificuldades vividas pela população. Essa população cresceu consideravelmente a partir dos anos 60, tendo atraído moradores removidos de favelas da Zona Sul da cidade do Rio.

Cortado pela via férrea, distante cerca de uma hora do centro da cidade e formado por 18 favelas e comunidades proletárias, Bangu hoje enfrenta inúmeros problemas como a falta de dragagem e limpeza do Rio das Tintas, a precariedade de transportes, a falta de lazer e arborização, além de uma rede de saúde precária e uma das mais altas taxas de mortalidade infantil do Rio de Janeiro. O bairro apresenta um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do município e está entre os 100 bairros com pior IDH do estado do Rio. Outro aspecto que merece destaque é o clima de insegurança proporcionado pelas fugas constantes e rebeliões de presos das 12 unidades prisionais localizadas no bairro¹⁵.

Santa Marta

- 4.520 moradores¹⁶; 10.000 moradores¹⁷;
- 1.809 crianças e jovens entre 0 e 20 anos;
- 40 grupos, organizações ou serviços voltados às crianças e adolescentes na comunidade e entorno (destes, apenas 23 no interior da favela), sendo:
 - 7 iniciativas governamentais – nenhuma no interior da comunidade – e 33 não-governamentais.
 - 8 bases de apoio informais e 32 formais

A favela Santa Marta está localizada em Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro. A favela se tornou nacionalmente conhecida nos anos 90 pelas diversas guerras de facções do tráfico de drogas que disputavam o poder local. Recentemente foi cenário do livro "Abusado", do jornalista Caco Barcelos, que descreve a trajetória de um dos chefes do tráfico local.

14 - Os dados disponíveis pelos órgãos oficiais incluem o centro do Bairro de Bangu e todas as comunidades do entorno, não havendo dados específicos sobre Vila Aliança.

15 - A população carcerária era de 8145 detentos até novembro de 2003.

16 - IBGE, Censo de 2000.

17 - Estimativa da Associação de Moradores.

Segundo dados da Prefeitura do Rio de Janeiro, a ocupação do Santa Marta começou em 1942, quando a primeira corrente migratória chegou à região, até então apenas uma densa mata. Em 1999, já ocupava uma área de 54.041m². Seus primeiros moradores vieram principalmente do interior de Minas Gerais e do Norte Fluminense. Nos anos 70, houve intensa migração para a favela de pessoas do norte e do nordeste do país em busca das oportunidades propagadas pelo "milagre econômico".

De acordo com o IBGE, o Santa Marta possui 1.262 domicílios e abriga trabalhadores com renda média familiar de um a três salários mínimos. Na comunidade não há escolas públicas, postos de saúde, hospitais ou mesmo centros recreativos ou culturais do governo. Exceto pelas intervenções policiais e pela contribuição esporádica para algumas instituições e projetos locais, o poder público tem presença limitada na comunidade.